EDITAL DE SELEÇÃO 001/2024 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ProPEd/UERJ) MESTRADO ACADÊMICO – TURMA 2025/1

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período de 26 de julho (10h) a 26 de agosto de 2024 (23h59), estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (ProPEd) Curso de Mestrado Acadêmico, para turma com início no 1° semestre de 2025. O presente edital atende o cumprimento às Leis Estaduais nº. 6.914/2014 e nº. 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de Pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização nas Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro. Os candidatos que optarem por concorrer pelo sistema de cotas deverão observar os prazos estabelecidos no calendário constante no item VII.2 deste edital.

I - VAGAS E CANDIDATOS:

- I.1. Serão oferecidas **51 vagas** para o curso de Mestrado Acadêmico, destinadas aos portadores de diploma de curso superior de graduação plena, outorgado por instituição de ensino superior (IES) e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Destas vagas, **15 vagas** (30% do total) serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015, distribuídas em três diferentes estratos, a saber: **6 vagas** para estudantes graduados negros e indígenas, **6 vagas** para graduados da rede pública ou privada de ensino superior que tenha recebido financiamento público, e **3 vagas** para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- I.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se tiver sido aprovado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao Programa, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A documentação poderá ser enviada ao órgão competente para apuração da existência de crime, nos termos da legislação penal vigente.



- 1.3. Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.
- I.4. O preenchimento do total de vagas oferecidas no edital dependerá da existência de candidatos aprovados em número suficiente para tanto.
- I.5. A disponibilidade de vagas, distribuídas por projetos de orientadores, encontra-se no Anexo II deste edital.
- I.6. A Comissão de Seleção reserva-se o direito de:
 - a) <u>Proceder ao remanejamento entre linhas de pesquisa/orientadores/ áreas de concentração de candidato aprovado na seleção, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.</u>
 - b) <u>Não havendo inscrições para as 15 vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos estratos, elas serão remanejadas para a demanda geral.</u>

II- DA REALIZAÇÃO:

- I.7. Em cumprimento às Leis Estaduais 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, distribuídas pelos seguintes grupos de cotas:
 - a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
 - b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
 - c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
 - d) Conforme artigo 5º da Lei suas disposições aplicam-se no que for cabível.

Obs.: As orientações específicas para concorrer às vagas reservadas aos grupos de cotas estão específicadas no <u>ANEXO I</u> deste edital.



III - INSCRIÇÕES:

- a. Período e processo das inscrições:
- b) As inscrições, para todos os candidatos, inclusive aqueles que optarem pela seleção por cotas, serão realizadas no período entre as 19 h de 26 de julho as 23h59 de 26 de agosto de 2024.
- c) As inscrições serão realizadas pela Internet no endereço www.proped.pro.br/selecao/
- d) Na área destinada às inscrições on-line do site do ProPEd (www.proped.pro.br/selecao/), os candidatos deverão preencher o formulário de inscrição (dados pessoais e acadêmicos) e enviar, por upload, da documentação exigida.
- e) Preenchido o formulário de inscrição no site do ProPEd, será liberado ao candidato, em sua página, o link de acesso ao site do CEPUERJ para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$100,00 (cem reais). O comprovante de pagamento deve ser inserido no local indicado na página do candidato
- f) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, no ato de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas estão se candidatando, em conformidade ao item II deste edital.
- g) O candidato ao sistema de cotas poderá solicitar isenção do pagamento de inscrição.
- h) O candidato que receber o deferimento de sua solicitação ao sistema de cotas deverá encaminhá-lo para o e-mail da Comissão de Seleção ao Mestrado (comissão_mestrado@proped.pro.br).
- i) h) O candidato que NÃO tiver o deferimento de sua solicitação como cotista deverá realizar o pagamento da inscrição e enviar o comprovante de pagamento, no período estabelecido no calendário (entre 14/11/24 a 26/11/24), pela mesma aba de *upload* de sua página e, assim, dar sequência a seu processo seletivo. O não pagamento implicará a eliminação do candidato do processo seletivo.
- j) Todos os candidatos deverão efetuar o envio de todos os documentos listados no item III.2, digitalizados, em formato PDF, em arquivo único, por



- **tipo de documento**, em links específicos no seu formulário de inscrição, disponíveis após preenchimento dos dados acadêmicos (aba *uploads*).
- k) APENAS os documentos exigidos à candidatura de cotas devem obrigatoriamente ser enviados em um único e-mail, em arquivos separados e nomeados de acordo com a natureza de cada um.
- Nenhuma documentação será aceita fora do prazo estabelecido neste edital, inclusive aqueles comprovantes de isenção em língua estrangeira.
- m) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual propõe se vincular, conforme constante do ANEXO III deste edital. A comissão de seleção poderá, ouvidas as partes envolvidas, alterar a opção de vinculação do candidato, de modo a assegurar a organização acadêmica do ProPEd, bem como a devida operacionalização do sistema de reserva de vagas.

1.8. **Documentos exigidos:**

- III.2.1 Todos os documentos abaixo listados devem ser digitalizados em <u>formato PDF</u> e enviados através de *link* disponível na área de inscrições *on-line*. Os documentos devem estar em arquivos separados e nomeados de acordo com a natureza de cada um. Não serão aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de algum deles. Não serão aceitos documentos de qualquer natureza após o prazo de inscrição ao processo seletivo informado no calendário geral deste edital.
- a) Plano de trabalho conforme modelo disponível na área de inscrições on-line com no mínimo 4 (quatro) páginas e, no máximo 6 (seis), incluindo referências bibliográficas.
- b) Frente e verso do Diploma de Graduação plena em curso credenciado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ou da Certidão de Colação de Grau, emitida pela instituição de Ensino Superior (IES);
- c) b.1 Candidatos com diploma de graduação emitido por Instituição de Ensino Superior estrangeira, devem proceder segundo item III.3.
- d) b.2 Candidatos cujos diplomas ainda não tenham sido expedidos pela IES no ato da inscrição para o processo seletivo, poderão se inscrever, desde que apresentem declaração da IES indicando as datas de conclusão e colação de grau de curso de graduação. Se aprovado, o candidato deverá apresentar a declaração de conclusão e histórico até o dia 28 de fevereiro de 2025, para conferência da secretaria, sob



pena de ter cancelada sua matrícula.

- e) b.3 No caso de candidatos possíveis concluintes de curso de graduação, com término previsto para o segundo semestre de 2024, é obrigatória a apresentação de declaração da IES de origem, indicando a data da provável conclusão do curso ou colação de grau. Os possíveis concluintes de curso de graduação devem apresentar, até 28 de fevereiro de 2025, a declaração de colação de grau; A data de Colação não poderá ser posterior à data da matrícula indicada no calendário desse edital.
- c) Histórico Escolar completo da graduação com a data da colação de grau;
- d) Currículo no formato Lattes com a produção entre os anos 2020 e 2024) e os respectivos comprovantes da produção informada, reunidos em um único arquivo PDF;
- e) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Órgão ou Conselho de Classe com foto ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e CPF. No caso de a Identidade constar o número do CPF, este fica dispensado;
- f) foto 3x4
- g) Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido na Lei Estadual 6.914/2014 o candidato deve atender às instruções específicas do ANEXO I - INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS.
- h) comprovante de pagamento de inscrição. Candidatos inscritos por cota devem anexar apenas o boleto emitido pelo CEPUERJ sem comprovação de pagamento

III.3 Candidatos com diplomas emitidos por Instituições de Ensino Superior no exterior:

- III.3.1 Diplomas e históricos escolars emitidos no exterior devem estar devidamente apostilados com a apostila de Haia ou, em caso de países não signatários da Convenção da Haia, os documentos devem ter visto Consular do país de origem da emissão do diploma.
- III.3.2 Candidatos estrangeiros deverão enviar, por *upload*, diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol;
- III.3.3 Candidatos brasileiros com diploma de graduação plena emitido no exterior



deverão enviar, por *upload*, diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol;

III.3.4 Folha com identificação do passaporte válido, juntamente com folha com visto de entrada no Brasil, se cabível;

III.4. Resultado da Inscrição:

- a) A inscrição dos candidatos ao processo seletivo para o ProPEd só será confirmada após verificação de todos os documentos enviados pelo candidato.
- b) O resultado da homologação da inscrição será divulgado no dia **13 de setembro de 2024**, após 16 horas, no *site* (<u>www.proped.pro.br</u>/selecao/), aba "Resultados", em uma listagem constando o número de inscrição e a menção "Inscrição Homologada" ou "Inscrição Não Homologada".
- c) Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item III.2 (e III.3, no caso de estrangeiros) terão menção de "Inscrição Não Homologada", estando, portanto, eliminados do processo seletivo.
- d) Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.
- e) A divulgação do resultado da análise da documentação comprobatória do candidato que concorrer à vaga de cotista, de acordo com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, será feita de acordo com o cronograma de exame de seleção

IV - DO PROCESSO SELETIVO:

IV.1 – O processo seletivo será constituído das seguintes etapas obrigatórias:

a) Prova Escrita Dissertativa em Língua Portuguesa, de caráter eliminatório. A prova será presencial nas dependências da Faculdade de Educação e terá duração máxima de 3 (três) horas, não sendo permitida qualquer forma de consulta durante sua realização. A avaliação da prova levará em conta a capacidade argumentativa, a clareza da exposição, o conhecimento teórico do campo educacional, bem como a correção textual. A prova escrita será corrigida independentemente por 02 (dois) examinadores. A nota do candidato é a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos examinadores. Havendo diferença superior a 02 (dois) pontos nas notas atribuídas pelos dois primeiros examinadores, a prova escrita será avaliada



por um terceiro examinador. A média final do candidato será, então, a média aritmética das notas atribuídas pelos 02 (dois) examinadores com menor índice de discrepância. Candidatos com média final igual ou superior a 7,0 (sete) estarão aprovados. **Não haverá vista de prova, em nenhuma hipótese.**

a.1 A Prova escrita servirá para comprovar a proficiência em Língua Portuguesa de candidatos estrangeiros

- b) Plano de trabalho, de caráter eliminatório. O plano de trabalho (com o mínimo de 4 páginas e máximo de 6 páginas, incluindo referências bibliográficas) será avaliado pelo orientador indicado pelo candidato. Essa avaliação se dará mediante a análise da pertinência da temática ao grupo de pesquisa, relevância, organização de ideias e coerência metodológica. Sobre este plano, o orientador indicado dará um parecer de apto ou não apto, que será incorporado às decisões da Comissão Examinadora. Os candidatos considerados não aptos após avaliação do Plano de Trabalho estarão eliminados do processo. (Consultar o resumo dos Projetos de Pesquisa dos Professores no ANEXO III. Consultar informações sobre Linhas de Pesquisa no site do ProPEdproped.pro.br>).
- c) Curriculum Lattes (atualizado), com toda a documentação comprobatória. Para efeitos de análise, só serão consideradas as informações contidas no Curriculum acompanhadas de documentação comprobatória entre os anos de 2020 a 2024. A documentação comprobatória deve estar organizada e sequenciada de acordo com o Curriculum Lattes.
- d) Arguição oral, de caráter eliminatório. A arguição ocorrerá por via remota. A arguição será conduzida por, no mínimo, 02 (dois) professores do ProPEd, sendo um deles, preferencialmente, o professor indicado como orientador para o qual o candidato está concorrendo. Na arguição, o candidato será questionado sobre seu plano de trabalho e seu Curriculum Lattes, com ênfase na defesa de sua adequação e justificativa para ingresso no curso. A avaliação da arguição será realizada com base na apreciação da trajetória acadêmica e profissional do candidato, sua prontidão para elaboração de trabalho acadêmico, suas condições de cumprir as atividades acadêmicas, defesa do plano de trabalho proposto, perspectiva de inserção no contexto do projeto de pesquisa do possível orientador. A arguição será gravada. Caso haja alguma intercorrência durante a arguição oral ocorrida por via remota, esta será remarcada para um outro dia, dentro do período previsto para esta etapa. Candidatos com média final igual ou superior a 7,0 (sete) estarão aprovados.



- d.1) Na arguição oral por via remota, o *link* será enviado previamente ao candidato, porém o acesso ao *link* só poderá ser feito no horário marcado.
- d.2) A avaliação da arguição remeterá aos mesmos critérios de avaliação do plano de trabalho (item IV.1.b)
- d.3) O candidato com deficiência auditiva/surdez terá direito a intérprete de LIBRAS durante a arguição, o que deve ser solicitado no ato da inscrição.
- e) Prova Escrita de Língua Estrangeira (Francês, Espanhol ou Inglês). A prova de Língua Estrangeira será realizada APENAS para os efetivamente aprovados e matriculados no Curso. A Prova de Língua Estrangeira ocorrerá no primeiro semestre de 2025, na modalidade *online*, em data a ser definida posteriormente e informada pela Secretaria do ProPEd.
- e.1) Candidatos com certificados de proficiência (TOEFL, CAMBRIDGE, DELF, DELE e semelhantes em outras línguas) obtidos entre os anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, poderão solicitar isenção em Língua Estrangeira.
- e.2) Será concedida isenção em Língua Estrangeira APENAS ao candidato que fizer a solicitação no formulário de inscrição, com *upload* da documentação comprobatória.
- e.3) Não serão aceitos pedidos de isenção fora do prazo estabelecido neste edital.
- e.4) Serão aceitas isenções de todas as Línguas Estrangeiras.
- e.5) A isenção da Prova de Língua Estrangeira não será automática e dependerá da análise pela Secretaria do ProPEd em conjunto com a Comissão de Seleção de Mestrado. O resultado do pedido de isenção será publicado posteriormente pela Secretaria do ProPEd.
- e.6) Candidatos estrangeiros poderão solicitar isenção em provas de Língua Estrangeira:
 - e.6.1 Candidatos estrangeiros prestarão adicionalmente exame de proficiência em Língua Portuguesa, exceto aqueles oriundos de países lusófonos. Diz-se que a prova escrita servirá como exame de proficiência, portanto, não me parece adequado dizer aqui que adicionalemnte exame de proficiência
 - e.6.2 Candidatos estrangeiros que comprovarem, por meio da obtenção do CELP (Certificado de Excelência em Língua Portuguesa), proficiência no uso da língua estarão isentos da prova de proficiência em Língua Portuguesa.
 - e.7) A prova de Língua Estrangeira, terá por objetivo avaliar a proficiência instrumental em uma Língua Estrangeira. A prova terá duração máxima de 02 (duas)



horas e 30 (trinta) minutos.

- e.8) Será considerado aprovado na prova de Língua Estrangeira, o mestrando recém-ingressado que obtiver a menção **apto**.
- e.9) O mestrando recém-ingressado que obtiver a menção **não apto** na prova de Língua Estrangeira poderá realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua realização.
- e.10) Caso obtenha nova reprovação na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, o mestrando recém-ingressado será desligado do curso.
- e.11) O mestrando recém-ingressado estrangeiro que não obtiver a menção **apto** no exame de proficiência em Língua Portuguesa será eliminado do processo seletivo.

V - CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS:

- V.I São os seguintes os critérios de aprovação:
 - a) Será considerado aprovado para continuidade do processo seletivo o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete) na Prova Escrita Dissertativa em Língua Portuguesa, conforme item IV.1.a.
 - b) Será aprovado para continuidade do processo seletivo o candidato considerado **APTO** na análise do Plano de Trabalho, conforme item IV.1.b.
 - c) Será aprovado na análise do Curriculum Lattes o candidato considerado APTO.
 - d) Será aprovado na Arguição Oral o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete), conforme item IV.1.d.
 - e) Do resultado das etapas (IV.1.a) e (IV.1.d), será extraída uma média final ponderada com peso 3 (três) para a Prova Escrita Dissertativa e peso 2 (dois) para a Arguição Oral;
 - f) A média final mínima para a aprovação no processo seletivo será 7,0
 (sete). O candidato poderá ser aprovado, mas não selecionado.
- V.II São os seguintes os critérios de classificação:

Os candidatos serão classificados para ingresso no projeto do orientador indicado no ato de inscrição no processo de seleção, observadas as seguintes orientações gerais:

 a) Os candidatos aprovados na condição de cotistas constarão em ordem decrescente de médias finais em uma lista própria que orientará sua distribuição no processo de classificação por projetos de orientadores;



- b) Para fins de classificação final, serão considerados cotistas os candidatos que, em lista própria, constarem entre o número de vagas disponíveis para esta destinação no processo de seleção;
- c) A classificação final dos candidatos far-se-á em listas discriminadas por projeto de orientador, em ordem decrescente de média final, iniciando-se pelos candidatos cotistas oriundos de lista própria seguidos dos candidatos da demanda geral;
- d) As vagas serão ocupadas pelos candidatos classificados por projeto, respeitado o número de vagas que cada professor orientador foi autorizado a oferecer pelo Colegiado do ProPEd em atendimento a critérios fixados pela CAPES, conforme discriminado no Anexo II;
- e) Em caso de aprovação superior ao número de vagas por orientador, a comissão de seleção se reserva o direito de redistribuir os candidatos aprovados conforme adequação dos projetos de pesquisa a projetos de outros professores;
- f) Em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:
- g) menor renda familiar ou renda familiar menor que 10 salários-mínimos, conforme Lei Estadual nº. 8469, de 15 de julho de 2019;
 - g.1)o mais idoso, conforme o parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº. 10741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
 - q.2) maior nota na arquição:
 - g.3)Caso não haja candidatos aprovados entre os concorrentes a um mesmo projeto de pesquisa, poderão ser remanejados, a critério da Comissão de Seleção de Mestrado, candidatos aprovados concorrentes a outros projetos de pesquisa, sendo considerada sua classificação, respeitando critério de compatibilidade acadêmico-conceitual e expressa anuência das partes envolvidas.

VI - MATRÍCULA:

- VI.1 Os candidatos aprovados e selecionados terão direito à matrícula, em data a ser definida oportunamente e comunicada pelo ProPEd, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto e linha de pesquisa neste edital.
- VI.2 A matrícula será efetivada automaticamente para todos os ingressantes que



tenham sido aprovados no processo de seleção. Para efetivar sua matrícula, o candidato deverá ter feito, durante a inscrição para o processo seletivo, o upload dos seguintes documentos:

- a) Foto 3x4 recente em sua ficha de inscrição (aba uploads).
- b) b. Diploma de Graduação e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;
 - b.1. No caso de a indicação de reconhecimento do curso não constar do diploma, o candidato precisará solicitar uma declaração à Instituição emissora do documento em que conste essa data.
 - b.2. Em caráter excepcional, poderá ser aceita, provisoriamente, declaração de conclusão da graduação, mantendo-se a apresentação dos demais documentos previstos.
 - b.3. A não apresentação do diploma de graduação/mestrado no prazo de 12 (doze)meses, a contar da data da matrícula, implicará desligamento do aluno do Programa.
 - b.4. O ingressante que, para comprovar sua inscrição, apresentou declaração de possível conclusão, precisará entregar à secretaria declaração de conclusão com data anterior a 28/02/2025, ou sua matrícula será invalidada
- c. Histórico escolar completo da Graduação, validado pela instituição emissora;
- d. Carteira de identidade ou carteira de habilitação.
- e. Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade.
- f. Declaração de conhecimento da Deliberação que regulamenta o funcionamento do curso
- VI.3 O candidato desistente deverá informar, em prazo hábil, o não interesse em prosseguir com sua matrícula.
- VI.4 A secretaria poderá, a qualquer tempo e desde que com prévio aviso, solicitar a conferência com documentação física dos documentos enviados de forma virtual; não estando, porém, obrigada à sua realização.
- VI.5 A Coordenação do ProPEd informará aos candidatos, pelo site http://www.proped.pro.br, e por e- mail enviado pela Secretaria do ProPEd, os procedimentos a serem adotados para a entrega dos documentos.
- VI.6 Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não



apresentação da documentação original, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste edital, item VII.1.u.

VII - CALENDÁRIO:

VII-1 CALENDÁRIO GERAL

1 7 3	26/07 a 26/08/2024 até 23h59
b) Resultado da homologação das inscrições	13/09/2024 após 16h
c) Recurso ² ao Resultado da homologação das inscrições	13 a 16/09/2024 até 23h59
d) Resultado ao Recurso da homologação das inscrições	19/09/2024 após as 16h
e) Prova escrita dissertativa em língua portuguesa OBS. A sala de aula será informada no site do ProPEd e no mural da sala 12037 F. O candidato deve chegar no local com antecedência de 30 minutos e dirigir-se à sala de aula onde fará a prova. Local: Dependências da Faculdade de Educação/12º andar do Bloco F.	27/09/2024 13h30 a 16h30
f) Resultado da prova escrita	18/10/2024 após as 16h
g) Recurso ao resultado da prova escrita	18/10 a 21/10/2024 até 23h59
h) Resultado do recurso da prova escrita	24/10/2024 após as 16h
i)Resultado da análise do plano de trabalho e currículo	01/11/2024 após as 16h
j) Recurso à análise do plano de trabalho e currículo	01 e 02/11/2024 até 23h59
k) Resultado ao recurso à análise do plano de trabalho e currículo	04/11/2024 após as 16h
l) Divulgação das datas de arguição oral	04/11 após as 16h
m) Período de arguição oral	11/11 a 29/11/2024
A data e o <i>link</i> de acesso de cada arguição serão divulgadas na	
página/área do candidato e enviado por e-mail.	
n) Resultado da arguição oral	02/12/2024 após as 16h
o) Recurso ao resultado da arguição oral	02 a 03/12/ 2024 até 23h59
	09/12/2024 após 16h
q) Envio do comprovante de pagamento dos candidatos não aprovados por cota (O não envio implicará em eliminação do	20 a 21/02/25

-

¹ Todos os procedimentos de inscrições e comunicação de resultados estarão disponíveis no site do ProPEd (www.proped.pro.br/selecao/).

² Os recursos deverão ser interpostos até as 23h59 das datas publicadas no calendário geral. <u>Para os recursos, acessar local específico na página/área do candidato.</u>



candidato)	
g) Divulgação do resultado preliminar	24/02/25 após 16h
r) Recurso ao resultado preliminar	24 e 25/02/2025 até 23h59
s) Resposta do recurso do resultado preliminar	26/02/25 após 16h
t) Resultado final	27/02/25 após 16h
u) Confirmação de matrícula.	no site do ProPEd
	www.proped.pro.br/selecao/
	04/03/2025 até as 23h59
v) Divulgação da reclassificação	Em data a ser definida
Os reclassificados devem consultar os procedimentos de matrícula	posteriormente, divulgada
que constam no item VI.4 deste Edital	no site do Programa e por e-
	mail enviado pela Secretaria
	do ProPEd.
x) Exames de proficiência em línguas estrangeiras	Primeiro semestre de 2025
w) Resultado do exame de proficiência	Divulgado posteriormente
y) Recurso ao resultado do exame de proficiência	Divulgado posteriormente
z) Resposta ao recurso ao resultado do exame de proficiência	Divulgado posteriormente
z.1 Resultado final do exame de proficiência	Divulgado posteriormente

VII.2 CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE SELEÇÃO DE COTISTAS

Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, o candidato, além de atender aos prazos do calendário geral, deve ficar atento aos prazos específicos estabelecidos neste item.

O sistema de cotas é, antes da especificidade das cotas, um sistema de COTAS SOCIAIS, o candidato que não corresponder aos critérios sócio econômicos estabelecidos na Lei terá seu pedido INDEFERIDO.

O candidato deve atender às instruções específicas do **ANEXO I**.

O candidato que solicitar isenção do pagamento de inscrição, **no caso de indeferimento do pedido**, deverá efetuar o pagamento, para continuar participando do processo seletivo conforme estabelecido no item III.1.h). Em caso de não homologação da inscrição (item III.4.b) o candidato estará eliminado do processo seletivo.

O candidato, que no ato da inscrição optou por concorrer ao sistema de cotas, receberá um e-mail específico da Comissão de Seleção do Mestrado informando como deve proceder para fazer o envio dos documentos. Esse e-mail será divulgado apenas para aqueles que tiveram sua inscrição homologada.

Calendário relativo ao processo de seleção de cotistas:



a) Envio de documentação	02 a 06/12/24 até 23h59
b) Resultado da análise socioeconômica	21/01/25 após as 16h
c) Recurso ao resultado da análise socioeconômica	22 e 23/01/25 até 23h59
d) Resposta ao recurso da análise socioeconômica	03/02/25 após 16h
e) Resultado da análise de opção de cotas	13/02/25 após 16h
f) Recurso a análise de opção de cotas	13 e 14/02/25 até as 23h59
g) Resultado ao recurso da análise de opção de cotas	20/02/25 após 16h
e) Pagamento da inscrição de candidatos com pedido	20 a 21/02/25
indeferido na situação cotista	
f) Prazo para envio do recibo de pagamento	20 a 21/02/25 até 23h59

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS:

VIII.1 A inscrição do candidato **implicará** conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, não sendo aceita a alegação de desconhecimento.

VIII.2 No que concerne aos resultados de análise e recursos de cotas, este pode ser alterado pelo DEPG, em função do número de candidaturas de cotistas. Qualquer alteração do calendário será amplamente divulgada a todos os interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa, e por e-mail da Comissão de seleção enviado aos candidatos.

VIII.3 Os históricos escolares devem ser validados pela instituição expedidora.

VIII.4 Arguição oral por meio remoto poderá ser remarcada 02 (duas) vezes para o caso de acontecer queda de sinal no dia de sua realização. Em casos excepcionais, e a critério da comissão de seleção, a arguição poderá ser presencial.

VIII.5 O exame de seleção só terá validade para o Curso que será iniciado no **primeiro semestre de 2025**.

VIII.6 Após a inscrição não será permitida qualquer alteração de dados ou informações.

VIII.7 Havendo desistência do candidato aprovado após o início das atividades didático- pedagógicas, fora do calendário de reclassificação, serão chamados, em ordem de classificação, os candidatos aprovados e não selecionados, até a quarta semana após o início do período letivo. Após esse período, mesmo que haja alguma desistência, os candidatos não serão mais chamados.

VIII.8 O plágio ou autoplágio poderá ser arguido a qualquer momento e acarretará a desclassificação do candidato.

VIII.9 O ProPEd não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos



arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado nos itens III e IV e em seus subitens; por falta a uma das provas; desistência durante o processo; ou qualquer outra circunstância.

VIII.10 A Comissão de Seleção é composta por 05 (cinco) docentes e 05 (cinco) docentes suplentes, que se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.

VIII.11 A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, convocar outros membros do corpo docente do ProPEd para participar das etapas de seleção.

VIII.12 O colegiado do ProPEd deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da comissão de seleção.

VIII.13 A comissão de seleção tem o direito de alterar o calendário deste edital, diante de circunstâncias que assim justifiquem, dando ciência aos interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br).

VIII.14 Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela comissão de seleção do ProPEd.

VIII.15 A Coordenação do ProPEd é responsável pela gerência administrativa e infraestrutura do processo de seleção.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA CORRESPONDÊNCIAS E INFORMAÇÕES:

Correspondências e informações <u>sobre este edital</u> são feitas exclusivamente via e-mail da Comissão de Seleção de Mestrado: <u>comissao_mestrado@proped.pro.br</u>

Outras informações sobre o ProPEd podem ser obtidas no site do Programa

(<u>www.proped.pro.br</u>) ou nos e-mails da Secretaria do ProPEd

(<u>secretaria@proped.pro.br</u>)

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2024.

Rita de Cassia Prazeres Frangella

Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ



ANEXOS

ANEXO I: Instruções e Documentações para Participar do Sistema de Cotas

ANEXOS II: Quadro de vagas por orientadores

ANEXO III: Lista de projetos de pesquisa dos professores orientadores (por Linha

de Pesquisa)

ANEXO I

INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS

- 1. Em cumprimento às Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas em cada área de concentração, distribuídas pelos seguintes grupos:
- a. 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígena;
- b. 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c. 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d. Conforme artigo 5° da Lei, suas disposições aplicam-se no que for cabível.
- 2. **A condição socioeconômica é fator principal** do sistema de cotas. Em conformidade com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, entende-se por:
- a) Carente: aqueles que possuem renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Para efeito do cálculo da renda per capita, será utilizada a renda bruta de todos os membros que moram no domicílio informado em questionário socioeconômico, dividido pelo número de pessoas.

A análise socioeconômica abrange:

- Conferência do Formulário de Informações Socioeconômicas –
 FIS com a documentação que o acompanha conforme explicitado no manual de orientações para os candidatos a reserva de vagas;
- Verificação se a renda per capita se ajusta ao patamar de carência definido em lei;
- Se necessário, entrevista individual com candidato respeitando o sigilo profissional.



3. As opções de cotas:

- a) negro e indígena: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- b) estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- c) estudante carente graduado da rede de ensino público superior: aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais:
- d) pessoa com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na <u>Lei Federal nº 7.853/1989</u> e Decretos Federais <u>nº 3.298/1999</u> e nº 5.296/2004;
- e) filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço: aqueles que apresentarem a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.

Caso deseje concorrer pelo sistema de cotas o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

- a) Optar por um único grupo de cotas no requerimento de inscrição;
- b) Preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis no <u>Manual</u> <u>de Orientação</u> <u>Para Candidatos à Reserva de Vagas</u> os formulários encontrados no sítio do DEPG:

http://www.pr2.uerj.br/depg/index.php/coordenacoes/stricto-sensu-coordenacao-de-acompanhamento-e-selecao-cas

b.1) O Formulário de Informações Socioeconômicas - FIS: encaminhar com a respectiva documentação comprobatória em formato PDF, para:

http://www.pr2.uerj.br/depg/download/Formulario Analise Socioeconomica - FIS.docx



b.2) O Formulário de opção de cotas - FOC:

encaminhar <u>com a respectiva documentação comprobatória</u> em formato PDF, para: http://www.pr2.uerj.br/depg/download/Formulario de Opcao de Cotas - FOC.docx

A conferência e avaliação da documentação serão realizadas pelas comissões de Análise de Cotas UERJ. Eventuais pendências de documentos comprobatórios junto à Comissão de Análise de Cotas serão informadas ao candidato pela Secretaria do Proped através do email: comissao_mestrado@proped.pro.br

Ambos os Formulários deverão ser preenchidos e encaminhados, no período de inscrições estabelecido no calendário deste edital, pelo email:

comissao mestrado@proped.pro.br

Caso as vagas destinadas aos cotistas não sejam preenchidas, serão utilizadas para a seleção em livre concorrência. Igualmente, as vagas dos candidatos indeferidos no processo de avaliação de cotas serão repassadas automaticamente para a ampla concorrência.

Não caberá recurso, caso o candidato não tenha encaminhado documentação comprobatória alguma e os Formulários de Informações Socioeconômicas (FIS) e de Opção de Cotas (FOC).

Somente serão avaliados pelas Comissões de Opção de Cotas, os candidatos que forem deferidos na avaliação socioeconômica.

Em nenhuma hipótese, será admitida interposição de recurso e entrega de documentação fora do prazo estabelecido no calendário.

Os recursos encaminhados serão analisados, o indeferimento poderá ser mantido ou alterado, não havendo possibilidade de novo recurso.

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS POR ORIENTADORES

LINHA "COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS"

Professores	Vagas
Ana Karina Brenner	1
Denize de Aguiar Xavier Sepulveda	1
Fernando Pocahy	1
Leonardo Nolasco-Silva	2
Luciana Velloso	2
Luís Thiago Freire Dantas	2
Maria da Conceição Silva Soares	2
Nilda Guimarães Alves	1
Tania Lucía Maddalena	2
TOTAL	14

LINHA "CURRÍCULO: SUJEITOS, CONHECIMENTO E CULTURA"

Professores	Vagas
Diogo Bogéa	2
Raquel Goulart Barreto	1
Rosanne Evangelista Dias	1
Talita Vidal Pereira	2
TOTAL	6

LINHA "EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROCESSOS EDUCACIONAIS"

Professores	Vagas
Carolina Rizzotto Schirmer	2
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	1
Cristina Angélica Aquino de Carvalho	1
Mascaro	
Flávia Barbosa da Silva Dutra	2
Flávia Faissal de Souza	2
Janaina Moreira Pacheco de Souza	2
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado	2
Suzanli Estef	2
TOTAL	14

LINHA "INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO"

Professores	Vagas
Conceição Firmina Seixas Silva	2
Dilton Ribeiro do Couto Junior	1
Ligia Maria M. L. Leão de Aquino	1
Lisandra Ogg Gomes	1
Luís Paulo Cruz Borges	2
Virginia Louzada	1
Walter Omar Kohan	1
TOTAL	9

LINHA "INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS EDUCATIVAS E HISTÓRIA"

Professores	Vagas
Alexandra Lima da Silva	1
Ana C. Mignot	1
Denise Medina França	2
Evelyn de Almeida Orlando	1
José Gondra	1
Paula Leonardi	2
TOTAL	8

TOTAL GERAL DE VAGAS 51

ANEXO III

LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA DOS PROFESSORES ORIENTADORES

LINHA "COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS"

COORDENAÇÃO: Ana Karina Brenner

NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE JOVENS NO RIO DE JANEIRO:

interfaces com escolarização, ação coletiva e a condição de refúgio

O grupo de pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UERJ tem se dedicado a compreender as relações entre jovens em espaços-tempos educativos (processos culturais e de escolarização, redes sociais e contextos comunitários). As narrativas (auto)biográficas, apoiadas teoricamente em Momberger, associadas ao uso de dispositivos de imagens como suporte às entrevistas, têm sido a abordagem principal para buscar compreender processos de individuação de jovens em contextos de escolarização - no ensino médio regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos -, de ação coletiva e engajamento político de jovens bem como em contextos de migração ou refúgio. O caminho percorrido pelo indivíduo na busca de sua independência suficiente do sistema é chamado de individuação. Segundo Alberto Melucci é pelo processo de individuação que nos tornamos capazes de produzir, autonomamente, aquilo de que necessitamos e, de outra forma, precisamos receber dos outros. Nos tornamos capazes de integrar passado e presente e garantir certa unidade e continuidade biográfica. Para Martuccelli, compreender processos de individuação implica em interrogar sobre —o tipo de indivíduo que é estruturalmente fabricado por uma sociedade em um período históricoll. E esta fabricação se dá pelo enfrentamento de provas estruturais comuns a todos os integrantes de um coletivo. Essas provas não são escolhidas, mas são socialmente produzidas, culturalmente representadas e desigualmente distribuídas. Uma das dimensões analíticas das provas é de que são inseparáveis de uma dimensão narrativa. O reconhecimento das provas comuns aos integrantes de um coletivo social passa pela leitura que os atores fazem de suas vidas e as suas percepções sobre suas experiências. As análises de narrativas de si permitem inventariar provas singulares e reconhecer provas comuns. Neste caso específico, as provas comuns a jovens em peculiar condição de refúgio. O foco atual da pesquisa está em compreender percursos biográficos na interface com escolarização e a vida em contexto de migração de jovens refugiados e solicitantes de refúgio residentes no Rio de Janeiro/Região Metropolitana. O fluxo de solicitantes de refúgio é marcado pela presença majoritária de venezuelanos e congoleses, mas há mais de 60 nacionalidades entre os refugiados e solicitantes de refúgio residentes no estado do Rio de Janeiro. São pessoas que falam muitas línguas, têm experiências de vida diversas produzidas por distintas culturas.

Compreendendo a situação de refúgio como um desafio adicional a processos de individuação, busca-se inventariar os desafios comuns percebidos por jovens refugiados/as e, ainda, se há e quais seriam os desafios comuns de ser jovem no Brasil, seja refugiado ou nacional. Pretendese produzir, através de entrevistas narrativas com uso de dispositivos de imagens, conhecimentos sobre as culturas de origem em relação com a cultura do atual local de residência, sobre percursos escolares e os desafios de inserção de jovens refugiados no Rio de Janeiro.

COORDENAÇÃO: Denize de Aguiar Xavier Sepulveda

A LAICIDADE DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO: A VALORIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Essa pesquisa tem como objetivo mapear o que se produz sobre o tema da laicidade e sua relação com as questões dos gêneros e sexualidades nas escolas públicas brasileiras. Para isso, optamos em trabalhar na base de dados do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, local onde se disponibiliza textos, artigos, dossiês temáticos, dissertações e teses sobre a temática da laicidade e alguns poucos relacionados com as questões de gêneros e sexualidades. Portanto, nesta pesquisa interagimos com a produção desse observatório, no qual estabelecemos uma parceria interinstitucional. Assim, iniciamos esse trabalho em 2021/2022 analisando a aba da página intitulada "Biblioteca", nos links: "Textos disponíveis na internet", "Dossiês Temáticos Sobre Laicidade" e "Bancos de Teses". Em seguida, 2023/2024, mapeamos dissertações e teses sobre a laicidade na escola pública e sua relação com as questões de gêneros e sexualidades no banco de teses da CAPES e ficamos responsáveis por alimentar a nova aba da página do OLÉ. No atual momento, estamos dando continuidade a essa investigação, com foco em novos artigos em dossiês nas principais revistas de educação do Brasil, principalmente nas que possuem os Qualis A1, A2, A3 e A4, para alimentar com novas produções o link que foi criado sobre laicidade, gêneros e sexualidades no banco de dados do OLÉ. Todas essas ações são fundamentais para a ampliação desta pesquisa e para a construção de uma escola laica e democrática que respeite as diferenças de gêneros e sexualidades.

COORDENAÇÃO: Fernando Altair Pocahy

O GOVERNO DA VIDA LONGEVA: (DES)ARTICULAÇÕES NA DIFERENÇA [2022-2025]

A pesquisa em tela busca compreender como determinadas redes enunciativas articuladas na produção da vida longeva evocam e/ou situam o campo educacional (e os seus significantes) como tecnologia de governamento. Partimos da premissa de que as proposições e recomendações globais para o envelhecimento (ativo e saudável) não encontrariam pronta correspondência nas traduções culturais e aplicações geopolíticas que orientam, uma vez verificadas as condições da vida social de cada lugar (país, região, cidade) e marcadores de

diferença (particularmente gênero, raça e sexualidade) entre suas populações. Para analisar a (nova) economia política da verdade e o estatuto social, político, científico e cultural do envelhecimento e da velhice, apoiamo-nos em cartografias de fluxos enunciativos (DELEUZE; GUATTARI, 1997) e na genealogia das práticas discursivas e modos de (auto-)constituição dos sujeitos (FOUCAULT, 2001). A partir dessa perspectiva ético-epistemológica associamo-nos a movimentos pós-críticos na educação (SILVA, 2001; LOURO, 2001; 2007; LOPES, 2013; MEYER PARAÍSO, 2014) em problematizações sobre as relações de poder, diferença e performatividade (SILVA, 2001; LOURO, 2001; 2007; MACEDO, 2006). Com essa finalidade a pesquisa engendra três entradas de problematização: [1] estudo documental em torno das encomendas produzidas a partir dos enunciados globais e suas traduções, pactuações ou recusas e negociações locais; [2]: um estudo sobre cotidianos, práticas educativas e sociabilidades (inter-intra)geracionais; e, por fim, [3] um estudo em síntese crítico-narrativa de correspondência entre os resultados dos estudos [1 e 2], refletindo as condições e as possibilidades de tais redes discursivas no campo educacional e seus efeitos de subjetivação para a(s) vida(s) longeva(s). O espectro empírico inclui rastros e vestígios (i/materiais) da circulação de tais linhas enunciativas, atento à dimensão contexto-dependente (MEYER, 2014) e interseccional (BILGE, 2007; AKOTIRENE, 2019) do campo-tema da pesquisa. O plano de trabalho está alinhado social, cultural e politicamente aos esforços acadêmicos, governamentais e associativos mobilizados frente às urgências de um estado-nação que se (a)firma idoso e, com isso e por conta disso, convocado a educar sua população (ou apenas parte dela) para a longevidade.

COORDENAÇÃO: Leonardo Nolasco-Silva

"TUDO QUE NÃO INVENTO É FALSO": TECNOLOGIAS DE SI, AUTOFICÇÃO E AS PESQUISAS COM OS COTIDIANOS DA/NA CIBERCULTURA

A pesquisa pretende acompanhar as criações cotidianas de narrativas, sejam elas textuais, sonoras e/ou imagéticas, situadas no ciberespaço, que problematizem as relações entre os sujeitos e as tecnologias, em especial as digitais, compreendendo tais narrativas como modos pelos quais os sujeitos produzem versões de si mesmos e as comunicam para o mundo, tendo as telas como interfaces de auto enunciação, onde se praticam complexos exercícios de autoficção. Intenta-se acessar relatos que deem conta dos processos de subjetivação que ocorrem a partir dos usos que temos feito das redes sociais, das inteligências artificiais, dos aplicativos de relacionamento, dos assistentes virtuais e demais modos de experimentação da vida através das telas. Compreende-se que tais modos de habitar o mundo, característicos da Cibercultura, criam redes educativas de 'práticasteorias' que nos formam e que também são formadas por nós. Essas redes — que chamamos de cibercorporais — apontam para a emergência de um sujeito que narra a si mesmo na linguagem da hipermídia, que cria

conexões na experiência da ubiquidade, fabulando outros modos possíveis de constituir sua existência - em gestos de desterritorialização e de desrostificação. Tais gestos permitem criar redes de antidisciplina e é interesse da pesquisa conhecer essas micro revoluções moleculares, empreendidas pelas pessoas comuns. O próprio ato de pesquisar será aqui submetido aos gestos supracitados, assumindo a autoficção como exercício para a circulação científica, através de experimentações hipermidiáticas. Em outras palavras, caberá ao pesquisador criar, no ato da pesquisa, processos de subjetivação com as tecnologias, promovendo outras afecções em si mesmo, em seus pares e, por que não, em um público não habituado à Academia. A investigação pensa as narrativas não como discursos que instauram uma verdade acerca dos sujeitos em tela, mas sim como versões singulares das experiências em curso, cuja funcionalidade é fazer o pensamento se movimentar. Dessa forma, os relatos não serão tratados como biográficos, mas sim como autoficcionais, sendo a ficção - numa concepção certeauniana – um modo de dar forma ao vivido, sem ter a pretensão de representálo. A ficção possibilita, então, problematizar e criar outros modos de inventar a si mesmo e o mundo. Será por essa via – a da ficção assumida como modo de operar com as narrativas colecionadas no decorrer do trabalho de campo (que será constituído, em grande medida, por cibercartografias) – que o desenho metodológico da pesquisa se fará. As narrativas serão acessadas por meio de buscas (hashtags, palavras-chave etc), acompanhando pautas de grande mobilização/apelo popular que tiverem afinidade com o recorte da pesquisa.

COORDENAÇÃO: Luciana Velloso

SOCIABILIDADES NÔMADES: TECNOLOGIAS, MEDIAÇÕES CULTURAIS E CURRÍCULO ESCOLAR

Este projeto está ligado ao contexto teórico-analítico do "Paradigma das Mobilidades", elaborado por John Urry (2000, 207, 2010) pensando de uma forma mais ampla, articulando o tripé currículo escolar, tecnologias e diferentes espaços de sociabilidades e influências culturais, tentando compreender este espaço de interseção que envolve os usos dos recursos tecnológicos e da vida em rede (CASTELLS, 1999, 2003, 2008, 2012; LEMOS e DI FELICE, 2014) perpassando as escolas e o ambiente mais amplo de circulação de professores e professoras, de alunos e alunas, cujas identidades e pertencimentos são cada vez mais instáveis e contingentes. Entendendo que aquele aluno de uma escola de periferia, por mais que geograficamente possa ser visto como menos favorecido em termos de acesso a outros espaços e tempos, também se desloca e circula, dependendo de suas mediações com as novas tecnologias ou do que Urry define como seu "capital de rede". Buscarei entender, a partir da ótica dos discentes da Faculdade de Educação do Curso de Pedagogia da UERJ, como

avaliam seus níveis de deslocamento, pertencimento, inserção e imersão nesta lógica global mais ampla (em interlocução com o macro), mediados pelos recursos multimidiáticos, com destaque para as mídias digitais.

COORDENAÇÃO: Luís Thiago Freire Dantas

ENTRE NATUREZAS E CULTURA: A DESSEMELHANÇA NOS ESPAÇOS FORMATIVOS

Essa pesquisa tem como principal problematização a —dessemelhançall como elemento impensado no discurso filosófico e educacional. Com isso, nós propomos uma percepção acerca de como a relação natureza e cultura expressa múltiplos espaços para a formação humana. Isso condiciona para uma produção de conhecimento a partir de epistemologias (africanas e ameríndias) que projetam outros entendimentos sobre a noção de humanidade. O ponto inicial trata-se de uma pergunta formulada por Achille Mbembe em Crítica da Razão Negra: —como pensar a diferença e a vida, o semelhante e o dessemelhante, o excedente e o em comum? em que destacamos o termo —dessemelhançall e a partir disso articulamos com as expressões culturais dos povos subalternizados. Fundamentada nessa pergunta, essa pesquisa aprofunda-se em três caminhos: 1) a transdisciplinaridade deve ser entendida como meio de diálogo entre epistemologias; 2) o encontro de várias cosmologias confronta-se com a produção de assimetrias; e 3) a linguagem dessas cosmologias relaciona-se exteriormente pelo equívoco. A investigação traça o caminho com diferentes geografias do pensamento: a teoria decolonial com Santiago Castro- Gomez (2007), Nelson Maldonado Torres, Walter Mignolo (2003), Maria Lugones e Catherine Walsh (2007); o movimento da contra-colonização de Antônio Bispo dos Santos (2015); a filosofia africana de Eduardo David de Oliveira (2020), Mogobe Ramose (2011), Severino Ngoenha (2011) e Marcien Towa (2011); a antropologia ontológica de Eduardo Viveiros de Castro (2015); e a teoria da educação de Jorge Larrosa Bodía (2002), Paulo Freire (2019), bell hooks (2013), Muniz Sodré (2015) e Vanda Machado (2013). Com esse repertório de referências, a pesquisa investiga o movimento de vivenciarmos a música com o Rap, o Samba, o Jongo, a dança com o breaker, o passinho, o toré e nas artes plásticas de Rosana Paulino, Samuel de Saboia, Jaider Eisbel como conflitos da natureza de corpos que usualmente é lido negativamente como um —erroll. Porém, esperamos evidenciar que nessas vivências culturais há pontos de vistas sobre os corpos, em que se criam múltiplas humanidades nesses espaços de formação.

COORDENADORA: Maria da Conceição Silva Soares

ONDA COREANA E EDUCAÇÃO: K-DRAMAS, APROPRIAÇÕES POR DOCENTES/DISCENTES E ATRAVESSAMENTOS NOS CURRÍCULOS CRIADOS NOS/COM OS COTIDIANOS DENTROFORA DAS ESCOLAS E DE CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS

A Hallyu, como é conhecida a onda coreana, está consolidada em todo o mundo e suas origens

e expansão têm a ver, entre outros fatores, com investimentos do governo e de empresas privadas da Coréia do Sul em cultura pop. Relaciona-se também com os usos crescentes dos meios de produção e circulação de conteúdos audiovisuais na/com a Cibercultura, seja por produtores ou por usuários comuns. O termo Hallyu, criado na década de 1990, busca abarcar a popularização das produções culturais sul coreanas e seus efeitos em vários países que compõem o mercado global de consumo da indústria cultural, inclusive o Brasil. Trata-se, portanto, da conveniência da cultura como recurso, conforme propôs George Yúdice, para finalidades diversas e, principalmente, como diferenciação e moeda de troca no mercado global. Tal fenômeno não pode ser pensado sem que sejam consideradas as características contemporâneas do capitalismo, as quais, além da movimentação de capital financeiro, se concentram na circulação de bens, serviços e informação. Entre os produtos sul coreanos lançados no mercado internacional destacam-se filmes, novelas/séries (k-dramas), músicas (entre elas as trilhas sonoras originais dos dramas - denominadas como OST, Original Sound Track), livros, jogos, turismo, cosméticos, moda e alimentos, assim como aqueles cuja percepção é mais sutil, tais como padrões de beleza, comportamentos, significações e valores. Nas pesquisas que nos propomos a desenvolver com os cotidianos das redes educativas e culturais dentrofora das escolas e de contextos de formação de professoras nos ocuparemos da recepção de filmes e de k-dramas, focando nas suas pedagogias culturais, nos mecanismos empregados

para a popularização e nos modos pelos quais eles são apreendidos por discentes e docentes da educação básica e de cursos de Pedagogia. Buscamos compreender o que eles fabricam com os usos que fazem do que lhes é oferecido e imposto, produzindo com suas práticas outras coisas, informadas por outros interesses e outros desejos, conforme nos indica Michel de Certeau. O Brasil é um dos maiores mercados consumidores dessas produções segundo informações dos serviços de streaming que as exibem e, às vezes, coproduzem, tais como a Netflix, a Rakuten Viki e a Kokowa. Com o crescimento do consumo, outras plataformas passaram a investir no mercado brasileiro, entre elas a Disney, a Star+, a Amazon Prime, a HBO Max e a Bandplay. Para além disso, tais produções povoam as redes sociais na Internet através de aplicativos como o Instagram, o Facebook, o Tik Tok, o Telegram e diversos fansubs (grupos de fãs que, em concorrência com as ofertas comerciais, distribuem legendas e/ou obras). Trata-se, portanto, de operações de usuários que as citam, divulgam, comentam, compartilham e exibem. Dessa forma, dramas sul coreanos entram nas escolas sem pedir licença, produzindo atravessamentos nos currículos tecidos em redes (Nilda Alves). Nos interessa pensar com estudantes e professores que consomem tais produções os usos que fazem delas e a ressignificação que operam criando sempre diferença em relação aos endereçamentos, aos comportamentos, aos hábitos, à tradição, aos valores, descentramentos culturais, aos padrões de beleza, de masculinidade e de feminilidade, às concepções sobre educação e sobre tecnologia, como também em relação à outras questões

sociopolíticas agenciadas, tais como o preconceito contra asiáticos, a desinformação sobre a história e a geografia do extremo oriente, o gênero e a sexualidade, o capacitismo, o suicídio entre jovens e a competividade nas escolas. A pesquisa pretende ainda pensar os processos de subjetivação que se engendram com essa prática de uso e ressignificação e os processos curriculares criados, partindo da premissa que os currículos são tecidos no entrecruzamento de diferentes redes de significações que emergem em/com os múltiplos contextos vividos, entre eles os usos das mídias (Nilda Alves). Trabalharemos com o aporte teórico das Pesquisas com os Cotidianos, dos Estudos Culturais, dos estudos das Audiovisualidades (imagens e sons), dos estudos da Cibercultura, dos estudos sobre Gênero e das teorias de Currículo. Como procedimentos metodológicos, realizaremos observações participantes em cotidianos escolares e de cursos de formação, análises de filmes e de k-dramas, conversas e análise/produção de comentários e debates nas redes sociais por meio de diversos aplicativos, bem como o que mais surgir como possibilidade no decorrer do processo, produzindo, dessa forma, os dados que irão compor o corpus da pesquisa.

COORDENADORA: Nilda Guimarães Alves

CURRÍCULOS 'PRATICADOSPENSADOS' NOS COTIDIANOS – CRIAÇÕES CURRICULARES PARA ALÉM DA ESTRUTURA EM DISCIPLINAS [2021-2026]

O presente projeto tem o interesse de, a partir das inúmeras redes educativas que todos formamos e nas quais nos formamos, compreender os processos pelos quais a estrutura dos currículos em disciplinas, por um lado, é afirmada como a única organização possível, e como, por outro lado, ações de docentes, em todos os níveis de ensino, de ações oficiais e de busca de pesquisadoras/pesquisadores vêm indicando outras possibilidades de articulação curricular. O projeto se desenvolve em dois movimentos: no primeiro, realizaremos cineconversas em torno de filmes que trazem os mundos das escolas em imagens e sons e de filmes que trazem a possibilidade de compreender as articulações entre Educação e Cultura, com docentes em serviço e em formação, nos municípios de S. Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Friburgo e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, bem como com docentes em serviço na região da Serra, no Espírito Santo, e no município de Manaus, estendendo assim, o projeto, nacionalmente. No segundo movimento, serão realizadas conversas com docentes formadores de docentes em universidades públicas de diversos cursos: UERJ (câmpus Maracanã e S. Gonçalo); Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade do Estado do Amazonas. A pesquisa se dará em torno das seguintes ideias: as redes educativas e as múltiplas relações entre os tantos 'dentrofora' das escolas para 'fazerpensar' currículos; a tessitura de 'conhecimentossignificações' em currículos; os processos curriculares como sempre em mudanças, fazendo-nos pensar em 'currículos migrantes'; imagens, sons e narrativas como "personagens conceituais"; as 'conversas' como lócus central dos processos de pesquisa. Os autores com os quais 'conversaremos' continuam a ser: Certeau, Deleuze, Guattari e Maturana,

bem como autores brasileiros e latino-americanos que com eles trabalham, desenvolvendo pesquisas dentro da corrente a que chamamos pesquisas nos/dos/com os cotidianos e com aspectos das áudio-visualidades. Lembramos ainda que, em todo o processo, nas ações no campo da Educação, existe sempre, uma articulação entre Ética, Estética e Política.

COORDENAÇÃO: Tania Lucía Maddalena

CONSTELAÇÕES NARRATIVAS: PENSANDO A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

O projeto tem como objetivo geral pensar os usos da contação de histórias digitais nas práticas formativas, compreendendo suas características no contexto da cibercultura. A ideia de pensar a arte de contar histórias nas docências e nas pesquisas em Educação remete à força das palavras, à centralidade das narrativas na composição da humanidade e à tessitura que essas ficções - que inventam o mundo ao narrá-lo - praticam em nossos processos formativos. Sabemos, pelo acúmulo de pesquisas realizadas (LAMBERT, 2002; BRUNER, 2014; SCOLARI, 2014; MADDALENA, 2018), que a narração de histórias potencializa a expansão de repertórios existenciais, sobretudo na cibercultura, com as lógicas do digital em rede. A linguagem da hipermídia possibilita novos modos de contar e compartilhar histórias. Nós, humanos hiper-híbridos (SANTAELLA, 2021), passamos a narrar digitalmente com imagens, fotografias, áudios, sons, vídeos, textos e hipertextos, com as conexões expandidas da internet. Situado nas bases teórico-metodológicas das pesquisas nos/dos/com os cotidianos (CERTEAU, 2012; ALVES, 2015) e na pesquisa-formação na cibercultura (SANTOS, 2014), este projeto compreende as tecnologias digitais como artefatos culturais do nosso tempo; portanto, o que nos interessa aqui são as práticas narrativas e os usos que os praticantes da cibercultura promovem quando criam e compartilham histórias na hipermídia; são os novos modos de produzir conhecimento na complexidade do digital em rede, hipernarrando a si mesmos, o outro e o mundo. Em que medida esses fenômenos narrativos podem inspirar práticas didático-pedagógicas comprometidas com a pluralidade de modos de ser e de estar no mundo? Como essas práticas podem produzir outras artes de comunicar as pesquisas no campo da Educação? Defendendo a prática docente como espaçotempo propício para a realização da pesquisa, a proposta pretende criar experiências pedagógicas que agenciem as inspirações narrativas da cibercultura e utilizem as tecnologias digitais virgíem rede na formação de professores, promovendo a contação de histórias digitais (hiperescritas de si, ficções sonoras, vídeos de pesquisa, narrativas imagéticas, narrativas transmídia, literatura expandida, narrativas imersivas, narrativas com inteligência artificial etc.). Como resultado da pesquisa, espera-se desenvolver um aprofundamento teórico que permita compreender, a partir da metáfora das Constelações Narrativas, a paisagem da narrativa digital na cultura contemporânea e suas potencialidades para a Educação. A contação de histórias digitais poderá incrementar os movimentos de narrar a vida e literaturizar a ciência, expandindo linguagens para comunicar problemáticas e desafios da Educação na Contemporaneidade.

LINHA "CURRÍCULO: SUJEITOS, CONHECIMENTO E CULTURA"

COORDENAÇÃO: Diogo Bogéa

IDENTIDADE, DIFERENÇA, SINGULARIDADE: A DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO MODERNO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nosso projeto de pesquisa visa problematizar alguns dos sentidos mais comumente atribuídos aos processos educacionais e, consequentemente, à formação de professores, tais como: aquisição e transmissão de conteúdos de conhecimento; aquisição e transmissão de habilidades e competências; desenvolvimento e transmissão de uma "consciência crítica" ou de valores morais capazes de formar "sujeitos" segundo algum projeto pré-estabelecido. Todos esses sentidos nos parecem ancorados na noção moderna de sujeito como centro de comando imaterial, único, idêntico e essencialmente racional e consciente. Com a crise ou desconstrução desse ideal moderno de sujeito, torna-se urgente repensar esses sentidos. A partir de referenciais pós-estruturalistas - Deleuze e Derrida -, psicanalíticos - Freud, Lacan, MD Magno – e alguns de seus antecessores – Spinoza, Schopenhauer, Nietzsche –, procuramos acompanhar a desconstrução contemporânea desse ideal de sujeito e, consequentemente, evidenciar os furos, rachaduras ou mesmo o caráter francamente ilusório desses sentidos mais comumente atribuídos aos processos educacionais e à formação de professores. Mobilizamos esses mesmos referenciais para colocar em cena uma outra possibilidade de pensar a existência: como rede de corpos afetivos interativos, atravessados por redes de significações ou "rastros" e co-movidos pelo desejo. Para além dos ideais de unidade, identidade, racionalidade e consciência do sujeito moderno, aposta-se numa compreensão da existência humana que enfatize a multiplicidade, a alteridade (inclusive em relação a qualquer "si mesmo" supostamente constituído), a afetividade, o desejo e a singularidade. Investigando textos teóricos e documentos curriculares, nos interessa expor e problematizar os pressupostos metafísicos e as noções modernas de subjetividade que os regem, bem como compor compreensões alternativas da existência humana ressaltando seu caráter aberto, descentrado, dividido, múltiplo e conflituoso a fim de investigar também os impactos de uma tal concepção para os processos educacionais, a formação de professores e as composições curriculares.

COORDENAÇÃO: Raquel Goulart Barreto

POLÍTICAS DE SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA: DO TRABALHO DOCENTE À ESCOLA PÚBLICA?

Como o anterior (—Dimensões da substituição tecnológica nas políticas educacionais: o caso da Secretaria Municipal do Rio de Janeiroll), este projeto está centrado no movimento de expansão de um modo específico de incorporação educacional das tecnologias da informação

e da comunicação (TIC): o que as concebe em lugar dos processos historicamente constituídos. Formular a noção de —substituição tecnológicall permitiu superar as abordagens restritas ao *modus operandi* das propostas, remetendo à expropriação do trabalho docente, seja ela total, como no ensino à distância (EAD), seja parcial, pela utilização intensiva, muitas vezes imposta pela avaliação, de materiais de ensino relexicalizados como —objetos de aprendizagemll. O movimento atual sugere a extrapolação do trabalho docente, adquirindo dimensão institucional. Os atuais discursos das políticas educacionais, capitaneados pelo empresariado, como em —Todos pela educaçãoll, são constituídos por um suposto filantropismo, sugerindo que a precariedade das escolas possa ser vista como obstáculo contornável pela intervenção das grandes plataformas (GAFAM: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Do —ensino remoto emergencialll, a tendência tem sido a de defender o —ensino híbridoll, em um enredo de simplificações que atingem diretamente a escola pública. Este movimento, expresso por aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos, é a hipótese de trabalho que sustenta o presente projeto.

COORDENAÇÃO: Rosanne Evangelista Dias

DEMANDAS E PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO NA PRODUÇÃO DE CURRÍCULOS PARA A DOCÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Esta investigação aborda a produção de políticas de currículo para a docência na escola básica no espaço da América Latina e do Caribe no âmbito da Agenda Educação 2030 da ONU. Pretendemos compreender as relações que vêm se constituindo na região em torno do currículo para a formação e o trabalho docente, considerando as trajetórias, o protagonismo de sujeitos políticos, de organizações governamentais e não-governamentais constituídas em processos de articulação na luta por demandas em redes políticas. Salientamos as demandas apresentadas, significadas e disputadas na América Latina e Caribe considerando a importância dessa região para maior compreensão das condições, singularidades, tradições, projetos, perspectivas, processos de regulação para o desenvolvimento curricular para a docência da escola básica, como também a ainda escassa produção de análises no campo do currículo e da docência sobre esse importante espaço político. Orientamos a investigação pela Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e colaboradores dessa abordagem discursiva e as redes de política de Stephen Ball para problematizar essa produção curricular, analisando em especial as demandas produzidas, os processos de articulação discursivos e as lutas pela significação que vêm sendo encaminhadas nas suas múltiplas e complexas negociações. Compreendemos a relevância das investigações que pretendem avançar nas análises sobre a produção de políticas de currículo para a docência no Brasil e na região da América Latina e do Caribe pensando as interconexões e resultados dessas políticas tanto nas suas convergências como na sua diferenças e intentamos aprofundar o conhecimento teóricoestratégico sobre as políticas de currículo.

COORDENAÇÃO: Talita Vidal Pereira

O CURRÍCULO E OS EFEITOS DA INCORPORAÇÃO DE MARCADORES SOCIAIS DE DIFERENÇA NAS PRÁTICAS AVALIATIVAS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS EXPERIÊNCIAS MEXICANA E BRASILEIRA.

As contribuições de aportes pós-estruturais e pós-fundacionais, no grupo de pesquisa são desenvolvidas reflexões cujo foco é a relação conhecimento-currículo-avaliação com o objetivo de desnaturalizar a ideia das decisões curriculares (políticas e práticas) são orientadas por uma racionalidade *a priori*. Pesquisa que visam investigar mecanismos pelos quais processos de significação do conhecimento escolar organizam jogos de linguagem e condicionam as formas pelas quais nos acostumamos a pensar os currículos e, consequentemente, os processos de escolarização, dentre eles a avaliação. Trata-se de assumir, com Jacques Derrida, uma postura desconstrutiva para tensionar a arbitrariedade e explicitar a contingencialidade de regras sustentadas em fundamentos fixos, pois elas favorecem o bloqueio de diferenças e criam constrangimentos para a formulação de projetos em que caibamos todos e todas, sem naturalizar a exclusão daqueles que escapam ao padrão desejado. No grupo são realizados estudos a partir de aportes pós-estruturais e pós-fundacionais que contemplam as Políticas de currículo e de avaliação em articulação com as discussões sobre concepções de conhecimento, culturas, diferença, produção de subjetividades implicadas no fazer pedagógico nos diferentes níveis de ensino.

LINHA "EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROCESSOS EDUCACIONAIS"

COORDENAÇÃO: Carolina Rizzotto Schirmer

PROJETO 1: FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAREM EM PARCERIA COLABORATIVA NO CONTEXTO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Este projeto tem como objetivos gerais: planejar, organizar e implementar um programa de formação inicial e continuada de profissionais para atuarem em rede colaborativa no acompanhamento de alunos com deficiência que necessitam de Tecnologia Assistiva. Para isso, uma pesquisa interventiva será conduzida com os profissionais da rede pública de educação e saúde, graduandos de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e alunos com deficiência que são acompanhados pelos profissionais. O estudo será desenvolvido no Laboratório de Tecnologia e Comunicação Alternativa – LATECA e sala Leila Nunes, ambos

na Faculdade de Educação da UERJ. Os instrumentos utilizados serão: questionário, roteiro de entrevista semi-estruturada, diário de campo, roteiro de plano de observação e estruturação para o trabalho. Os materiais utilizados serão: recursos de Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa adquiridos e desenvolvidos pelos profissionais em formação inicial e continuada, livros e jogos, câmera digital, filmadora e audiogravadores digitais, assim como computadores/notebooks, plastificadora e impressoras. Nas entrevistas, serão sempre enfatizados os aspectos subjetivos dos participantes, sua visão de mundo. A utilização de várias fontes, instrumentos e estratégias de coleta de dados permitirá a triangulação dos dados. Os procedimentos metodológicos envolvem: a) aplicação de questionário aos profissionais; b) entrevistas com os graduandos, profissionais de educação e saúde; c) oferta de um programa tendo como abordagem a Metodologia da Problematização e desenvolvimento de atividades de ensino pelos graduandos e profissionais junto aos alunos com deficiência e d) filmagem desses atendimentos.

PROJETO 2: ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NA ESCOLA: VAMOS TODOS CONVERSAR

Este projeto tem como objetivos gerais: planejar, organizar e implementar um programa de formação inicial e continuada de professores para uso e desenvolvimento de Comunicação Alternativa; equipar a Sala de Atendimento Educacional Especializado do CAP UERJ e do NAPNE Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas do Colégio Pedro II - CPII com recursos de Comunicação Alternativa de baixa e alta tecnologia e tornar o ambiente da escola acessível, em relação a comunicação, para alunos com necessidades complexas de comunicação. Para isso, uma pesquisa interventiva será conduzida com os professores de sala regular, professores do NAPNE e professores do Atendimento Educacional Especializado do CAP UERJ, estagiários, profissionais que atuem como Profissional de Apoio Escolar (PAE) e estudantes com deficiência que apresentem necessidades complexas de comunicação. O estudo será desenvolvido em duas instituições: Colégio Pedro II - nos Campi Realengo I e II e Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os instrumentos utilizados serão: entrevistas semiestruturadas, protocolos de observação participante (ativa), formulário de avaliação do desempenho dos interlocutores, diário de campo, roteiro de plano de observação e estruturação para o trabalho. Os materiais utilizados serão: recursos de TA e CA adquiridos e desenvolvidos pelos professores em formação inicial e continuada, livros e jogos, câmera digital, filmadora e audiogravadores digitais, assim como computadores/notebooks, plastificadora e impressoras. Na investigação sobre o repertório comportamental dos participantes serão realizados registros formais de observações diretas, mas os aspectos subjetivos dos observadores serão igualmente registrados em notas de campo. Nas entrevistas, serão sempre enfatizados os aspectos subjetivos dos participantes, sua visão de mundo. A utilização de várias fontes, instrumentos e estratégias de coleta de dados permitirá a triangulação dos dados. Os procedimentos metodológicos envolvem: a) aplicação de questionário aos graduandos e professores no início e ao final do programa; b) entrevistas com os graduandos, professores e alunos com deficiência; c) oferta de um programa de formação teórico prático com autoscopia e desenvolvimento de atividades de ensino pelos graduandos e professores junto aos alunos com deficiência e d) filmagem desses atendimentos.

COORDENAÇÃO: Cátia Crivelenti De Figueiredo Walter

VAMOS CONTINUAR CONVERSANDO: USO DE DISPOSITIVOS GERADORES DE FALA (DGF) POR CRIANÇAS COM NECESSIDADES COMPLEXAS DE COMUNICAÇÃO (NCC)

Resultados promissores vêm demonstrando a eficácia do uso de alta tecnologia como recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), sobretudo dos Dispositivos Geradores de Fala (GDF). O programa de CAA conhecido como PECS-Adaptado tem revelado sucesso na promoção da comunicação funcional de pessoas com necessidades complexas de comunicação (NCC) no Brasil. Assim, o presente projeto tem como objetivo desenvolver e avaliar os efeitos do uso de um programa de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), utilizando Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao programa PECS-Adaptado com crianças com TEA ou que apresentam necessidades complexas de comunicação. O projeto dará continuidade ao projeto "Vamos Conversar", iniciado em 2020 e que pretende sistematizar o programa de CAA utilizando o DGF na realização de sentenças mais complexas e ampliação de atos comunicativos entre crianças sem fala funcional e seus interlocutores. As seguintes etapas estão previstas: a) descrever o programa "Vamos Conversar" de forma sistemática, destacando suas fases de aplicação; b) organização de um manual para aplicação do programa "Vamos Conversar"; c) formação de 20 professores, de forma online, no uso do "Vamos Conversar" para ser aplicado em alunos com TEA, no contexto escolar; d) avaliar e analisar os efeitos do programa em cinco crianças com TEA, com idades variando entre 6 e 10 anos e que apresentam NCC. Os instrumentos utilizados envolvem protocolos de análise das características da linguagem, comunicação funcional, protocolos de registro diário, protocolo de suporte oferecido e autonomia para realizar as sentenças e diálogo com os interlocutores, evolução do vocabulário adquiridos, análise de comportamentos interativos. Espera-se que com os resultados obtidos e a sistematização do programa de CAA novos projetos podem emergir e serem aplicados em diferentes contextos e com participantes de diferentes idades. Também espera-se formar multiplicadores no ambiente escolar e que muitas crianças possam comunicar melhor e interagir mais com os diferentes interlocutores.

COORDENAÇÃO: Cristina Angélica Aquino De Carvalho Mascaro

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE MEDIADO POR TECNOLOGIAS PARA ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA FORMATIVA COM DOCENTES PELO VIÉS DA

PESQUISA-AÇÃO.

O estudo se insere na temática da produção de conhecimento sobre processos de alfabetização e letramento de jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual. Intenciona-se investigar, por meio de uma abordagem qualitativa, no desenho da pesquisa-ação, uma prática de Atendimento Educacional – AEE mediado por tecnologías para o alfaletramento de jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual. O objetivo geral da pesquisa é consolidar o conhecimento relacionado às práticas pedagógicas contemporâneas sobre processos de alfabetização e letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual. Tendo como objetivos específicos: Elaborar uma revisão de escopo sobre a alfabetização do estudante com deficiência intelectual (produção de artigos). Investigar metodologias ativas embasadas na mediação tecnológica. Sistematizar uma proposta de formação com docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado voltada para o ensino de habilidades de leitura, escrita e seu uso social para jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual, ou alguma necessidade educacional específica. Acompanhar o processo de elaboração conceitual relacionado a alfabetização de jovens, adultos ou idosos, a partir da proposta específica do Atendimento Educacional Especializado – AEE por meio de curso de formação com docentes. Espera-se contribuir com a produção acadêmica voltada para o processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

COORDENAÇÃO: Flávia Barbosa da Silva Dutra

PROJETO 1: ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO COM ÊNFASE NO ESPORTE E NO LAZER.

Contemplar a acessibilidade nos espaços formais e não formais de educação contribui para novos caminhos a serem percorridos pela pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades. Entendemos que a transposição de barreiras incide numa melhor participação geral em relação ao acesso e permanência às atividades sociais, acadêmicas e laborais. Por isso, a busca e a realização de uma acessibilidade básica são primordiais para mudanças organizacionais no tocante à dissolução de possíveis barreiras existentes. Assim, através das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID), trabalhamos o tema acessibilidade destacando a formação de recursos humanos e as demandas individuais da pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades, tanto nas Universidades quanto nos demais ambientes, visando a equidade de condições de participação social nos ambientes de educação formal e informal, com ênfase no ensino superior, no esporte (desporto e paradesporto) e no lazer.

PROJETO 2: INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E AS DEMANDAS ATUAIS

Esse projeto propõe um estudo longitudinal e compreende uma pesquisa no campo sócio

educacional com o objetivo de investigar como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) recebe e atende os alunos com deficiências ou necessidades educacionais específicas advindas do ingresso por cotas ou por ampla concorrência para o ensino superior, bem como observar as nuances do convívio que permeiam sua trajetória acadêmica. As tentativas em atender a diversidade de alunos nem sempre culminam em sucesso, de modo que sejam garantidos o acesso e a permanência com qualidade à educação. Nesse caso, fica evidenciada a necessidade de uma reforma de caráter geral, que pense nas estratégias para o ensino dos diferentes estudantes como parte integrante de um processo mais vasto de aperfeiçoamento na educação. Questionamos então que barreiras as pessoas com deficiências que frequentam a Universidade do Estado do Rio de Janeiro encontram, que comprometem sua verdadeira inclusão social, bem como, o pleno desenvolvimento de sua vida acadêmica. Desse modo, nossas ações se voltam para o acompanhamento de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas do curso de Pedagogia na modalidade EaD ou presencial, adaptações de materiais, formação de recursos humanos para o atendimento de qualidade dos estudantes com deficiência, além da orientação da transição da academia para o mercado de trabalho, no caso dos estudantes concluintes. Isto posto, vislumbramos uma trajetória mais adequada e exequível tanto para esses estudantes, quanto para seus professores, além de todos os envolvidos no processo educacional

COORDENAÇÃO: Flávia Faissal de Souza

PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E INTERSETORIALIDADE

Ancoradas na Teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, conforme estudos de L.S. Vigotski, em dialogo com teorias sobre atuação de políticas e sobre interseccionalidade, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação, Desenvolvimento Humano e Diferenças (GEDH/UERJ-CNPq) têm como foco os processos de escolarização e as condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência, considerando os marcadores socias das diferenças (deficiência, raça, gênero, classe social), as políticas sociais e educacionais internacionais, nacionais e locais, sendo o lócus de investigação as redes públicas de Educação Básica da região da Baixada Fluminense. Atualmente, temos dois projetos em andamento. O primeiro tem como proposta analisar como as políticas de Educação Básica e de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva atuadas na escola afetam as relações de ensino, as vivências e as condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência. Já o mais recente, problematiza como as ideias de equidade, de interseccionalidade e de intersetorialidade estão inscritas nas políticas sociais e de educação nacionais, e suas traduções, interpretações e atuações em uma escola pública. Para além do trabalho com documentos, esses projetos de pesquisa são realizados em parceria com escolas

de rede públicas de ensino por meio do trabalho coletivo da comunidade escolar e da atuação da equipe de pesquisadores. Para fins de estudo, o processo de pesquisa é registrado em diário de campo, audiogravações e videogravações, para posterior construção dos dados no processo das análises. Esperamos com as pesquisas com a escola, além de estreitamento das relações entra a universidade pública com a educação básica, a construção de conhecimentos coletivos de forma também a enfrentar os processos de exclusão de direitos que historicamente marcam a vida das pessoas com deficiência, começando pelo direito a educação.

COORDENAÇÃO: Janaína Moreira Pacheco de Souza

DEMANDAS ATUAIS DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS ORIUNDOS DE FLUXOS MIGRATÓRIOS MATRICULADOS EM ESCOLAS DO RIO DE JANEIRO

O Brasil desde sempre conviveu com a questão do bilinguismo, já instituída na sociedade desde a chegada dos primeiros colonos portugueses em contato com as línguas ameríndias locais. Mais tardiamente, os fluxos migratórios de europeus, semitas e asiáticos trariam para o país diversas línguas que se fixam sobretudo no Sul/Sudeste e na região norte amazônica, ampliando-se ainda mais a complexidade linguística nacional. Paralelamente, ao longo de toda a extensão da fronteira com outros dez países da América do Sul, o bilinguismo é fato corrente e histórico, asseverado pelas desigualdades econômicas e diferenças quanto ao acesso a serviços públicos gratuitos. No âmbito escolar, as tensões provocadas pelos fatos sociais associados ao bilinguismo, assim como as inevitáveis interferências entre línguas em contato, se aqudizam, especialmente em razão de ausência de políticas de educação que prevejam o processo de escolarização de alunos não falantes do Português do Brasil nas escolas públicas. Mais recentemente, já neste século, a questão do bilinguismo na educação básica tornou-se ainda mais premente, à medida que se ampliam sistematicamente os fluxos migratórios para o Brasil. Este projeto visa a investigar os processos de inclusão escolar de sujeitos imigrantes e/ou refugiados da rede pública, a partir de narrativas (auto)biográficas de docentes que atuam nesse contexto. Almeja-se com a pesquisa potencializar reflexões sobre a importância de práticas pedagógicas que viabilizem cruzar fronteiras geográficas, socioculturais e linguísticas nos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, obter dados que proporcionem projetos de políticas públicas direcionados à população de sujeitos imigrantes/refugiados em condição de vulnerabilidade escolar.

COORDENAÇÃO: Maria Letícia Cautela de Almeida Machado

POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES DE ALFABETIZAÇÃO: É POSSÍVEL CONTEMPLAR OS SUJEITOS DIVERSOS E SEUS MODOS INDIVIDUAIS DE APRENDER?

Um considerável retrocesso às noções mecanicistas de alfabetização pode ser observado através de políticas públicas como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e a Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019a) Entretanto, há estudos

consolidados no Brasil, há mais de quarenta anos, que, utilizando-se de referenciais histórico-culturais, destacam a estreita relação entre a cultura e os modos de aprendizagem da leitura e da escrita. Os paradigmas contemporâneos de alfabetização consideram as questões didático-pedagógicas sem, com isso, centrar-se em escolhas metodológicas unificadas, pois são privilegiados os modos diferenciados de produção de conceitos em linguagens. Do ponto de vista político-ideológico, a alfabetização requer ações organizadas de resistência às imposições metodológicas, de caráter generalista, que não considerem a docência como atuação construída a partir da autonomia, da autoria e da democratização do ensino. Nesse sentido, o presente projeto tem como objetivo discutir políticas, princípios e estratégias pedagógicas de alfabetização

que, ao considerarem os diferentes sujeitos que constituem as escolas públicas brasileiras, efetivamente contribuam para a formação de leitores e escritores. Assim, busca-se salientar os processos de ensino e de aprendizagem da língua escrita sob vértices que os definem, conceitualmente, pedagogicamente e politicamente, de forma a contemplar a diversidade humana, com vista à inclusão social. Para tanto, propõe-se como opção metodológica o desenvolvimento de uma pesquisa de base teórico-prática, de natureza essencialmente qualitativa, nos moldes de uma pesquisa-ação. Farão parte das ações metodológicas: uma pesquisa bibliográfica, um estudo exploratório documental, entrevista com professores alfabetizadores e análise de produções escritas de estudantes em processos de alfabetização.

COORDENAÇÃO: Suzanli Estef

ACESSIBILIDADE PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (2024-2027)

Nas últimas décadas, seguindo diretrizes internacionais e nacionais, a política de inclusão educacional de alunos com deficiências e outras condições atípicas de desenvolvimento tem se estabelecido em nosso país. A Educação Inclusiva tem como pressuposto básico que as instituições de ensino estejam estruturadas de forma a acolher e atender a todos os alunos, mas é preciso priorizar práticas pedagógicas que propiciem acessibilidade a uma escolarização efetiva, para aqueles que apresentam diferenças significativas no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. No contexto das ações currículo-pedagógicas, as instituições de ensino contemporânea precisam contemplar um dos maiores desafios da educação que é a avaliação dos alunos. Por conta da predominante e rígida organização seriada, com conteúdo curricular pré-estabelecido, este processo tem um caráter classificatório e eliminatório. Pois, em última instância o que, de fato, é valorizado é o produto final (nota ou conceito) e não o processo de desenvolvimento acadêmico do aluno, tampouco a diversidade presente. Ponderando sobre o atual cenário, em que as políticas de inclusão foram implementadas em estruturas organizacionais e curriculares estratificadas, esse projeto tem como objetivo pesquisar e analisar possibilidades pedagógicas que tornem o processo de

avaliação acessível a todos os estudantes, com o olhar voltado para personalização de processos dos alunos. A pesquisa será desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, a qual pretendemos ir além da descrição de atividades voltadas para a avaliação da aprendizagem, dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Será ancorada pelos pressupostos da pesquisa-ação que considera os sujeitos envolvidos constituintes de um grupo com metas e objetivos comuns. No caso específico, a problemática é a necessidade de buscar acessibilidade na avaliação da aprendizagem, para esse alunado.

LINHA "INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO"

COORDENAÇÃO: Conceição Firmina Seixas Silva

INFÂNCIA, SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA E PROCESSO DE RESISTÊNCIA NA ESCOLA

O ofício de aluno/a se faz em consonância a um sentido normativo e universal de infância que foi construído pelos paradigmas da Modernidade. A produção da infância moderna — a boa infância — deu-se a partir do desempenho do papel social que foi atribuído às crianças — o de estudante, ou mais precisamente, o do/a bom/boa estudante. O que se considera bom para as crianças-alunos/as está atravessado por uma lógica moral. O resultado do bom caminho se alcança a partir de um investimento social e disciplinar nas gerações mais novas. E as crianças como reagem àquilo que lhes oferecem? Como constroem — individual e coletivamente — ações de resistência ao que consideram injusto? Como a desobediência se encaminha para a reivindicação de uma justiça geracional? Quais deslocamentos — individuais e coletivos — entram em jogo no processo de subjetivação política de crianças no território escolar? O que a resistência tem a ver com a produção do sujeito político? Este projeto objetiva: 1) analisar os processos de resistência e participação das crianças no território escolar; 2) refletir sobre suas ações frente ao que consideram injusto da perspectiva geracional e do papel de estudante; 3) Problematizar O Sentido De Justiça Escolar.

COORDENAÇÃO: Dilton Ribeiro do Couto Junior

JUVENTUDES E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: ENFRENTANDO A HETERONORMATIVIDADE EM TEMPOS DE CIBERCULTURA

O Projeto apresenta como objetivo mais amplo investigar as práticas culturais juvenis mediadas por tecnologias digitais, cartografando estratégias de resistência ao regime heterocentrado. O Projeto apresenta cinco objetivos específicos, enumerados a seguir: 1) Conhecer o papel mediador das tecnologias digitais em rede na constituição de estratégias de resistência no enfrentamento ao regime heterocentrado; 2) Analisar a emergência de discursos LGBTQIA+fóbicos produzidos e compartilhados nas redes sociais da internet e que são

dirigidos às/aos jovens que integram as chamadas minorias sociais, de gênero e étnico-raciais; 3) Propor estratégias para fomentar um amplo debate dentro (e fora) da escola que alerte para a necessidade de expor os limites e as contingências do regime heterocentrado; 4) Discutir o compromisso ético-político da educação no enfrentamento às diferentes formas de violências, principalmente aquelas direcionadas às/aos jovens das chamadas minorias sexuais; e 5) Pensar em estratégias para auxiliar na construção de uma educação antissexista, antirracista e anti-LGBTQIA+fóbica. A cartografia online será o método adotado porque se constitui como uma possibilidade de experimentação teórico-metodológica que convida o/a pesquisador/a a analisar os acontecimentos sociais no contexto das dinâmicas ciberculturais. O Projeto convida a olhar com mais atenção para as experiências sociais das/dos jovens que ousam cruzar as fronteiras de gênero e sexo, (re-)existindo por meio da participação em processos colaborativos/interativos com outras/os internautas. Ademais, essas práticas culturais juvenis envolvendo os marcadores de gênero e sexualidade, e que são mediadas por tecnologias digitais, trazem contribuições para o campo educacional no sentido de auxiliar na formulação de estratégias de resistência em prol do enfrentamento de práticas sexistas, LGBTQIA+fóbicas e racistas dentro e fora da escola.

COORDENAÇÃO: Ligia Maria M. L. Leão de Aquino

EDUCAÇÃO INFANTIL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA

O presente projeto é um desdobramento do projeto anterior, Unidade de Educação Infantil Universitária: Políticas e Práticas para a Infância em diálogo com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão [2018-2021], visando compreender o papel das Unidades de Educação Infantil em Instituições Acadêmicas quanto a sua atuação em pesquisa – ensino – extensão na produção do conhecimento sobre a infância e a educação infantil. Busca-se ainda identificar como o conhecimento produzido a partir dessas unidades se relaciona com as funções precípuas de suas Instituições. Até 2021 as pesquisas por mim desenvolvidas tinham como lócus de investigação as Unidades Universitárias de Educação Infantil, entretanto, nesse novo período que se inicia, o foco se dedica às unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - Rio de Janeiro, de modo a ampliar os estudos realizados até aqui sobre as Unidades Universitárias de Educação Infantil (UUEI). Busca-se considerar mais um tipo de instituição acadêmica, que se caracterizam pelas funções de ensino, pesquisa e extensão. As investigações que temos desenvolvido em nosso Grupo de Pesquisa, desde 2010, sobre as UUEI, permitiram compreender a relevância destas, que para além do atendimento às crianças de 0 a 5 anos, têm funcionado como lócus de ensino, pesquisa e extensão para diversas áreas do conhecimento sobre a infância nas últimas quatro décadas. As UUEI referências para nossas investigações nessa década estão localizada no Estado de São Paulo (Estaduais) e no Rio de Janeiro (Federais), com destaque a da USP-Ribeirão Preto e as da UFF e a da UFRJ.

Guardada uma série de diferenças na trajetória e características dessas unidades, elas têm em comum a sua origem associada ao interesse de criar um lócus de ensino, pesquisa e extensão para áreas da Saúde, Educação e Assistência em diálogo com a infância. Outra característica comum é a de terem se organizado para atender às crianças filhas de funcionários e estudantes do ensino superior de suas instituições, isto é, tinham um caráter institucional e assistencial. Esse caráter se altera em várias instituições federais a partir de uma determinação do Conselho Nacional de Educação, a Resolução nº 1/2011 (Brasil, 2011). Entretanto, as unidades de educação infantil da Fundação Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro, não se submeteram a essa determinação, fato que instiga a pesquisar essa instituição e sua decisão. Além disso, a educação infantil da Fiocruz, que existe há mais de três décadas, é reconhecida nacionalmente por seu trabalho e produção voltados para a pequena infância. Ao trazer essas unidades para foco de nossas pesquisas, retomamos os percursos metodológicos adotados para investigar as UUEI's acima mencionadas,

no sentido de produzir material que permita compreender o papel das Unidades de Educação Infantil em uma Instituição Acadêmica como a Fiocruz, mas agregando outros instrumentos e estratégias que deem conta de suas especificidades. A pesquisa continuará a fundamentar-se, como nas pesquisas anteriores, em literatura especializada sobre infância, educação infantil, produção do conhecimento acadêmico, recorrendo a estudos de diversas áreas das Ciências Humanas, especialmente a História, Sociologia, Ciência Política e Educação. Para o próximo triênio visamos retornar aos estudos de Fúlvia Rosemberg (1992; 1996; 1998; 2006; 2011) e suas contribuições para pensar a infância e as políticas a elas destinadas. Temos identificado a necessidade de aprofundarmos os estudos feministas, uma vez que a infância e as condições de vida das crianças permanecem intensamente vinculadas às mulheres e seu lugar na sociedade. Outro foco trazido para construção do quadro teórico que embase nossas análises está na temática sobre a negritude, visto que é as condições de vida da população negra no Brasil são profundamente marcadas pelo racismo, elemento estrutural em nossa sociedade, o que exige seu enfrentamento. Essas duas questões precisam ser abordadas na sua interseccionalidade, que temos como referências iniciais Angela Davis (2018), Hirata (2014), Lélia Gonzalez (em Rios e Lima, 2020), Sueli Carneiro (2011), Ana Isabel González (2010), Federicci (2019), Faria (2006), Oliveira e Abramowicz (2009), Rosemberg (1996; 1998; 2011), dentre outros. Os instrumentos metodológicos já adotados anteriormente nas investigações nas UUEI serão retomados para esse novo campo, como a ficha de identificação da unidade, planilha Excel para catalogação da produção acadêmica, caderno de campo e entrevistas a serem definidas no contato com a equipe responsável pelas unidades da Fiocruz e a autorização de acesso às unidades. A metodologia e os instrumentos utilizados podem ser redefinidos no processo de desenvolvimento da pesquisa e conforme questões relevantes e afetas aos objetivos da pesquisa emerjam do campo e, ainda, com as contribuições da revisão bibliográfica e a análise do material.

COORDENAÇÃO: Lisandra Ogg Gomes

A POLÍTICA COMO DIREITO DAS CRIANÇAS: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA NA INFÂNCIA

A proposta dessa pesquisa tem como foco a política, infância e as crianças. O objetivo principal é compreender como crianças – dos 2 até 12 anos – atuam de forma política em seus contextos sociais, públicos e privados, na relação e interação estabelecida com seus pares e demais gerações. De que forma as crianças são sujeitos políticos em seus contextos sociais? Se o são, como atuam politicamente? Como são as atividades políticas das crianças? Quando as crianças

agem como sujeitos políticos? É uma investigação qualitativa-quantitativa realizada por meio observações, conversas, captura e análise de dados socioeconômicos que auxiliam na compreensão: (a) da agência política de crianças, com atenção ao dinamismo de realidades em constantes transformações na busca pelo direito à liberdade de falar e agir pelo bem comum, (b) das formas de atuação e discursos das crianças em razão da normatização da geração e dependência dos adultos para a ação efetiva na sociedade.

COORDENAÇÃO: Luís Paulo Cruz Borges

ENTRE O FRACASSO, O SUCESSO E O FUTURO: O QUE DIZEM JOVENS ESTUDANTES EGRESSOS DA ESCOLA PÚBLICA

O Grupo de estudos e pesquisa (re)imaginação da escola e do futuro com as infâncias e juventudes (GEPRIF) dedica-se a investigações interdisciplinares. Temos como temáticas centrais escolas, infâncias e juventudes, sentidos de futuro/futuridade e conhecimentos em circularidades que se dão no plano da cultura e do cotidiano. Buscamos (re)pensar e problematizar uma educação pautada nas interseccionalidades, (re)imaginação e vocalização dos atores sociais com os quais dialogamos. Acreditamos e pesquisamos na diferença, com subjetividades e por meio dos afetos criando sentidos/conhecimentos que sejam emancipatórios e insurgentes nos processos educacionais contra as desigualdades socioeducacionais e opressões (raça/cor, gênero e sexualidade, credo e religiosidade, classe etc.). Dessa forma, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral investigar/articular os sentidos de fracasso, sucesso e futuro de jovens estudantes egressos da escola pública que não concluíram o Ensino Médio. Queremos escutar os jovens sem diploma de conclusão da Educação Básica. O objeto de estudo está orientado a partir da relação dos jovens, na condição de estudantes, com o conhecimento, a escola e o futuro. Metodologicamente pautase na fronteira entre Educação e Ciências Sociais utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e grupos de discussão como forma de apreensão da realidade social, sobretudo, operando a partir das vozes dos atores sociais investigados. Questiona-se: como jovens egressos do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro se relacionam com a escola

pública a partir das ideias de fracasso, sucesso e futuro. Argumenta-se que o conhecimento escolar, entendido como atos de significação, é uma dimensão criadora dos modos de subjetivação e diferença, capaz de permitir a emergência de transformações sociais no contexto da escola pautando-se no futuro como direito cultural e de existir (Appadurai, 2015). Descrevem-se as vozes estudantis que se misturam à interpretação do Grupo de Estudos e Pesquisa (re)imaginação da escola e do futuro, que só se faz existente a partir de mudanças profundas em sua arquitetura moderna.

COORDENAÇÃO: Virginia Louzada

A ENTRADA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): O CONTEXTO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Avaliação, Infâncias e Interseccionalidades (GEPPAII) atua com projetos de pesquisa sobre avaliação na/da educação infantil (EI), a saber: a) avaliação na EI, que diz respeito à relação que se estabelece entre professores/as e crianças - nomeada como avaliação da aprendizagem; b) avaliação da EI, sobre a perspectiva macro, políticas de avaliação pensadas para a primeira etapa da educação básica - entre elas a avaliação de contexto; c) avaliação institucional participativa - baseada em princípios como gestão democrática, qualidade negociada e qualidade social. Conta com a participação de pesquisadores/as e instituições de ensino superior e educação básica. O projeto atual acompanha os efeitos da entrada da educação infantil no sistema nacional de avaliação a partir da rede pública municipal de educação carioca. Neste sentido, em diálogo com o projeto, objetiva-se orientar, preferencialmente, pesquisas de mestrado e doutorado que tenham como temáticos sistemas de avaliação para a educação infantil em redes públicas municipais, a relação que se estabelece entre professores/as e demais atores que atuam no cotidiano das escolas, professores/as e crianças desta faixa etária em diálogo com diferentes interseccionalidades - gênero, raça, classe social, entre outras - e as avaliações formais e informais. Estudos e pesquisas das áreas da avaliação educacional, infâncias e juventudes compõem o referencial teórico utilizado. Pretende-se, desta forma, contribuir para o debate sobre a qualidade de uma educação pública socialmente referenciada para crianças e jovens das classes populares a partir das pesquisas realizadas pelo grupo.

COORDENAÇÃO: Walter Omar Kohan

UMA PEDAGOGIA MENINA DA PERGUNTA: PRINCÍPIOS, SENTIDOS E DESDOBRAMENTOS

O presente projeto busca pensar a infância e a dimensão filosófico---política da tarefa de

educar. Nele, concentramos nossos estudos numa pedagogia menina da pergunta, inspirados na relação de Paulo Freire com a infância e a reinvenção da politicidade da tarefa de educar afirmada pelo educador pernambucano. O projeto prevê consolidar um trabalho conceitual já iniciado, bem como o fortalecimento do Núcleo de Estudos de Filosofias e Infâncias (NEFI) através da produção de publicações (notadamente, artigos e livros), editoração de periódico científico internacional (childhood & philosophy, a formação de recursos humanos, em nível de graduação, pós-graduação e extensão, a organização de eventos internacionais e experiências de formação, virtuais e presencias.

LINHA "INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS EDUCATIVAS E HISTÓRIA"

COORDENAÇÃO: Alexandra Lima da Silva

SEMENTES DE ÉBANO: REDE DE SOCIABILIDADE E EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE SOCIAL EM UMA FAMÍLIA NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO FLUMINENSE

Este projeto defende que o investimento na ampliação das redes de sociabilidade e na educação foram estratégia de mobilidade social na experiência de uma família negra no pósabolição fluminense. A partir da revisão da literatura e do cruzamento com fontes documentais diversas, tais como periódicos e registros civis e eclesiásticos, o projeto procura problematizar os significados da maior visibilidade dada às trajetórias individuais de homens negros nos estudos históricos. Procura interrogar os silenciamentos produzidos em relação às mulheres negras no interior das famílias. Compreende família negra de forma ampliada, como uma comunidade de afeto e solidariedade, com destaque para o protagonismo das mulheres negras, que exerciam 0 papel de quardiãs da memória familiar. Site: https://sementesdebano.com.br

COORDENAÇÃO: Ana Chrystina Venancio Mignot

EM NOME DA DEVOÇÃO: MARCAS DA FORMAÇÃO RELIGIOSA NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE UMA EDUCADORA CATÓLICA

O presente estudo, em continuidade aos dois projetos de pesquisa anteriores — "Travessia entre a ciência e a fé: a nova pedagogia para a educadora católica Laura Jacobina Lacombe" e "Destinos entrelaçados: uma militante do laicato católico na produção, circulação e formulação de políticas para a educação infantil" — tem como horizonte traçar a biografia da educadora Laura Jacobina Lacombe, o que exige compreender os diferentes espaços nos quais atuou. Valendo-se de escritas autobiográficas, escritas sobre educação e documentos oficiais das associações religiosas, pretende alargar a compreensão acerca de sua trajetória profissional que, na historiografia da educação, ficou restrita aos embates que travou na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, de certo modo, na imprensa católica. Seguindo pistas deixadas em documentos nas quais se pode observar uma inserção mais ampla na definição

de estratégias para a recatolização da sociedade, a investigação se volta para sua atuação em associações católicas nacionais e internacionais, procurando interpretar como o engajamento feminino na ação social impulsionou educadoras na militância católica que, mesmo sendo de viés conservador reforçando as hierarquias de gênero, serviu para que as mulheres ultrapassassem as fronteiras do lar. Isto implica em cartografar as instituições das quais a educadora participou buscando semelhanças, diferenças, conexões e transformações nos temas debatidos e na composição das diretorias das mesmas, na perspectiva de uma história conectada. Tendo como hipótese que a sua participação no debate educacional resultou de tal engajamento, pretendo enveredar pela liderança que exerceu nas associações católicas a fim de interpretar marcas da formação religiosa na sua trajetória profissional, contribuindo deste modo para ampliar a compreensão sobre a participação das mulheres na educação brasileira.

COORDENAÇÃO: Denise Medina de Almeida França

PROJETO 1: UMA CARACTERIZAÇÃO DA MATEMÁTICA A ENSINAR E PARA ENSINAR EM PUBLICAÇÕES DO LABORATÓRIO DE CURRÍCULO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1980-1983) -FASE II [2022-2025]

O desenvolvimento da primeira fase do Projeto indiciou a necessidade de aprofundamento, desta vez, focando nos saberes geométricos. O objetivo é buscar indícios, por meio do saber matemático presente nas publicações do LC, dirigidas as series iniciais, de como foram produzidos, sistematizados e institucionalizados, no período estudado, os saberes profissionais referentes a geometria do professor que ensina matemática. Para tal, vale-se, sobretudo, de aparato teórico-metodológico no âmbito sócio-histórico, que mobiliza categorias de análise, como saberes profissionais, saberes a e para ensinar, saberes objetivados, sistematização dos saberes, institucionalização e expert. O projeto norteia-se pelas questões: que saberes geométricos para ensinar produzidos pelo LC foram considerados como referência? Que temas foram abordados prioritariamente nos textos elaborados pelos experts? A fim de discutir os saberes profissionais da docência e uma possível expertise dos elaboradores, adotamos como referencial teórico-metodológico Hofstetter; Schneuwly; Freymond (2017), Hofstetter; Valente. (2017), Valente et al. (2020), e outros. Da análise e caracterização de saberes, pretendemos ainda identificar candidatos a experts no ensino de matemática do nosso estado. Como resultado, pretendemos por meio da análise histórica sobre os processos e dinâmicas adotadas na elaboração de saberes profissionais para ensinar, contribuir para o ensino desse saber nas séries iniciais atuais e na formação de professores. Além disso, fornecer subsídios para o diálogo com pesquisadores do Brasil e do Mundo, visto que, o Ghemat- UERJ- Grupo de pesquisa em história da educação matemática há muito adota a prática do trabalho coletivo, abarcando grupos de pesquisa de diferentes estados e universidades e assim alargando possibilidades de reflexão sobre a "história da educação matemática no Brasil". Como representante do Rio de Janeiro, nosso estudo contribuí com elementos referentes a história da

PROJETO 2: DINÂMICAS DE SISTEMATIZAÇÃO DE SABERES MATEMÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SÓCIO-HISTÓRICO (1960-1990) - 2024-2027

O projeto de pesquisa busca analisar os processos de sistematização de saberes matemáticos voltados para a formação de professores das séries iniciais no Brasil, entre 1960 e 1980. A pesquisa visa compreender os aspectos constitutivos desse movimento, identificando as dinâmicas e processos envolvidos na produção de novos saberes para o ensino de matemática nesse período. Utilizando ferramentas teórico-metodológicas baseadas em estudos sóciohistóricos de autores como Rita Hofstetter e Bernard Schneuwly (2017) e na história da educação matemática, especialmente a perspectiva de Bertini, Morais e Valente sobre a "matemática do ensino", a pesquisa examina a influência dos "experts" - detentores de saberes reconhecidos socialmente - na elaboração de propostas para a formação de professores. A hipótese é de que lançando mão dessa empiria para a realização da investigação, a análise da massa documental de Estela Kaufman permitirá compreender os itinerários dos educadores do Rio de Janeiro na produção de saberes, contribuindo para responder às questões de pesquisa propostas.

COORDENAÇÃO: Evelyn de Almeida Orlando

INTELECTUAIS CATÓLICAS: EDUCAÇÃO, CULTURA E POLÍTICA NOS CAMINHOS DE LEGITIMAÇÃO, SABERES E MODOS FAZER DA CONDIÇÃO FEMININA (1920-1980)

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as intelectuais católicas e seus modos de atuação e constituição como tal. Busca-se em bases ampliadas, analisar a presença feminina católica nos debates intelectuais no Brasil dos anos de 1920 a 1980, sua luta por um lugar de produção e reconhecimento intelectual, seus modos de ser e estar no campo intelectual e os modos pelos quais, seja individual ou coletivamente, elas se organizam e intervém na cena social, a partir do campo católico. Busca-se, ainda, analisar suas ações no entrecruzamento da educação, cultura e política, a fim de melhor compreender o alcance de suas ações e suas projeções no âmbito da esfera pública. O referencial teórico-metodológico está assentado na História Cultural e Intelectual e em estreito diálogo com o conceito de intelectual, de Jean-François Sirinelli e Gisèle Sapiro; intelectuais católicas de Florence Rochefort; campo, de Pierre Bourdieu; práticas e representações, de Roger Chartier, fundamentalmente. Os caminhos metodológicos passam pela apreensão dos seus modos de fazer-se intelectual, observando três principais frentes de atuação: as viagens empreendidas, a publicização de suas ideias pelas mídias impressas, mas não apenas, e as redes de sociabilidade empreendidas. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para supera uma lacuna no campo da História da Educação, onde o campo intelectual ainda aparece de forma predominantemente masculino, lançando luz a personagens

que participaram muito ativamente dos acontecimentos do seu tempo, mas que foram apagadas pela historiografia. Também espera-se que a pesquisa contribua para a desconstrução de um estereótipo feminino, sobretudo quando se trata de educação, ao colocar em discussão as condições de produção dessa noção acerca das mulheres.

COORDENAÇÃO: José Gonçalves Gondra

PROJETO 1: DESCENTRALIZANDO AS CIÊNCIAS DA INFÂNCIA. PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTO ENTRE GENEBRA E OS PAÍSES DO SUL (1919-1980) [2023-2027]

O objetivo deste projeto de pesquisa é examinar a produção, a circulação e a reapropriação das ciências da infância, conforme elas se desenvolveram entre a "Genebra internacional" e os países do Sul entre 1919 e 1980. Até agora, a historiografia tem se concentrado no surgimento e na institucionalização desse conhecimento no mundo ocidental, estudando como ele orientou as políticas educacionais em nível nacional ou local. A circulação transnacional de teorias, dispositivos e métodos, bem como seus vetores e mediadores, também tem sido objeto de vários estudos, principalmente na Europa e na América do Norte. No entanto, a pesquisa acadêmica tem dado pouca atenção ao papel que os países do Sul têm desempenhado nesses processos. Este projeto tem como objetivo preencher essa lacuna, favorecendo uma abordagem histórica global que esteja mais atenta a esses espaços e aos atores que surgiram a partir deles. Mais precisamente, ele propõe uma descentralização do olhar a fim de melhor esclarecer a complexa economia dos "regimes circulatórios" que foram estabelecidos em escala global em torno das ciências da infância, definidas aqui como os campos de conhecimento relacionados às teorias e concepções pedagógicas, políticas de escolarização e alfabetização, profissões de ensino e educação, bem como currículos e métodos.

PROJETO 1: Versão em Francês

Décentrer les sciences de l'enfance. Production, circulations et réappropriations de savoirs entre Genève et les pays du Sud (1919-1980)

Ce projet de recherche a pour objectif d'examiner la production, les circulations et les réappropriations des sciences de l'enfance telles qu'elles se déploient entre la « Genève internationale » et les pays du Sud entre 1919 et 1980. L'historiographie s'est jusqu'ici focalisée sur l'émergence et l'institutionnalisation de ces savoirs dans le monde occidental, étudiant comment ils ont orienté les politiques éducatives à l'échelle nationale ou locale. Les circulations transnationales de théories, dispositifs et méthodes, ainsi que leurs vecteurs et médiateurs, ont aussi fait l'objet de nombreux travaux, portant notamment sur l'Europe et l'Amérique du Nord. Toutefois, la recherche académique s'est peu intéressée au rôle que les pays du Sud ont joué dans ces processus. Privilégiant une approche d'histoire globale plus attentive à ces espaces et aux acteurs qui en sont issus, ce projet souhaite combler cette lacune. Il propose plus précisément un décentrement du regard afin de mieux éclairer la complexe économie des «

régimes circulatoires » qui se sont mis en place à l'échelle mondiale autour des sciences de l'enfance, définies ici comme les domaines de savoirs se rapportant aux théories et conceptions pédagogiques, aux politiques de scolarisation et d'alphabétisation, aux professions enseignantes et éducatives, ainsi qu'aux curricula et méthodes. (Fonds National Suisse/FNS et Université de Genève)

PROJETO 2: A escrita da história da educação brasileira: saberes, poderes e sujeitos (1808-1834) – Fase V

A pesquisa focaliza a reflexão historiográfica em torno do período da história da educação brasileira que corresponde ao aparecimento da escola como forma privilegiada de intervenção no curso da vida, funcionamento da sociedade, gestão da população e nos processos de subjetivação. Trata-se, portanto, de privilegiar o estudo referente ao período que corresponde ao funcionamento do Estado Imperial e analisar as representações que vêm sendo forjadas a respeito deste período na historiografia da educação brasileira. Deste modo, pretende-se interrogar a presença dos sujeitos/instituições e as relações dos mesmos com a configuração de problemas, fontes e abordagens na escrita da história da educação brasileira, enfatizando, para tanto, o exame da escrita que recobre o período entre 1808 e 1834. De modo correlato, mas na direção invertida, trata-se de pensar o modo como as configurações referidas procuram instaurar determinadas tradições no que se refere à documentação, acervos e práticas de escrita e ensino de história da educação no Brasil e seus efeitos na formação dos profissionais da educação. Na fase atual da pesquisa dar-se-á sequência ao estudo de experiências nacionais de escrita da história da educação procurando, observar relações entre os projetos de emancipação, independência e recolonização com os processos de construção da nação e de formação do povo. O foco incidirá na experiência brasileira, entre 1808 e 1834, com incursões mais ou menos tópicas nos processos desenvolvidos em outros países dos continentes americano e africano, enfatizando as complexas mediações entre os jogos de saber, poder e protagonismos nos processos de instrução/educação e suas relações com os movimentos emancipatórios. (CNPQ/FAPERJ/PROCIENCIA)

COORDENAÇÃO: Paula Leonardi

PROJETO 1: EDUCAÇÃO E RELIGIÕES NO ESPAÇO/TEMPO DAS CIDADES

Ao longo da história, as religiões se fazem presentes na gestão e organização dos espaços nas cidades e na formação dos cidadãos de diferentes formas. Compreender essas formas, as permanências e mudanças das religiões em sua ligação com a educação são os objetivos dessa

pesquisa. Focaliza, especialmente, a presença da Igreja Católica na cultura, suas marcas e as práticas educativas na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930. Tendo em conta que a organização social do espaço e dos lugares de memória têm implicações na construção e na

dinâmica de identidades individuais e sociais, a hipótese que norteia esta pesquisa é que essa participação pode ter se dado por meio da difusão de uma moral e comportamentos específicos produzidos pela construção de —monumentosII e pela realização de rituais públicos, caracterizados por uma pedagogia da memória. Em fins do século XIX, a Igreja construiu uma série de regulamentações para normatizar a ação dos religiosos na América Latina em uma verdadeira política cultural para a região. Dentre as principais ações estavam: a imprensa católica; a educação; monumentos e a intervenção no espaço urbano. Congregações estrangeiras iniciaram um processo de imigração para o Brasil que percorreu o século XX por oito décadas ininterruptas. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível recortar um período de concentração deste processo entre 1890 e 1930. Marcam o período as reformas de urbanização e a construção do monumento e santuário do Cristo Redentor. Vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo composto por outros pesquisadores, este projeto e a construção do mapa permitirá que outras pesquisas coloquem em relação a distribuição dos monumentos católicos (escolas e santuários), no espaço e no tempo com outras instituições educacionais públicas, privadas e de outras confissões.

PROJETO 2: MARCAS NA CIDADE: CULTURA VISUAL, CRISTIANISMO E FORMAÇÃO DO CIDADÃO [2023-2026]

A partir da constatação de retrocesso na laicidade brasileira apontado por Cunha (2023) e de dados do IBGE sobre avanço do neopentecostalismo no Brasil, esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar as várias maneiras como as igrejas cristãs e os fiéis socializam/educam/formam o olhar e a memória dos sujeitos que habitam a cidade a partir de símbolos e imagens. A hipótese desta investigação é apoiada nas indicações de Sanchis (1994) e Setton (2008) de que é preciso estudar a laicidade e o ensino religioso no âmbito de práticas e artefatos da cultura. Supõe que as religiões cristãs se espraiam pela cidade, dentre outros meios, pela cultura visual, símbolos e imagens difundidos em diversos suportes e produzidos não apenas institucionalmente como também pelos fiéis. Religiões são espaços de construção de sentido, e as pessoas que aderem a ela produzem, transmitem, negociam e apreendem dispositivos físicos, mentais e intelectuais que contribuem na construção do mundo social (SETTON, 2008). Pretende-se compreender a produção, a difusão e a recepção de símbolos e

imagens nas diferentes cidades de atuação dos pesquisadores deste e nas diferentes faces do cristianismo, ainda que não consigamos cobrir todas as denominações. Edifícios, logo marcas, imagens em textos e imagens narradas, vídeos, postagens em redes sociais, artefatos, pichações, grafites e entrevistas estarão entre as fontes que serão coletadas de diferentes períodos históricos. A pesquisa parte de indagações do presente, inspira-se na filosofia da história de Walter Benjamin (1994) e no modo de fazer história de Carlo Ginzburg (1989). Acompanha reflexões da produção do conhecimento que considera o quanto monumentos da

cultura podem transformar-se em monumentos da barbárie assim como ferramentas de transformação em momentos cristalizados de tensão, explodindo o continuum da história. Para apreendê-los, é preciso o fazer pesquisa em slow down, a qualidade da observação e da análise são o foco.